

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS  
(ORGANIZADOR)

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

estudos epistemológicos e didáticos

Atena  
Editora  
Ano 2023



ADELICIO MACHADO DOS SANTOS  
(ORGANIZADOR)

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

estudos epistemológicos e didáticos

Atena  
Editora  
Ano 2023



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /  
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Relações internacionais – Estudos epistemológicos e didáticos

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Adelfio Machado dos Santos

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b>	
R382	<p>Relações internacionais – Estudos epistemológicos e didáticos / Organizador Adelfio Machado dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF  Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  Modo de acesso: World Wide Web  Inclui bibliografia  ISBN 978-65-258-1285-4  DOI: <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.854232405">https://doi.org/10.22533/at.ed.854232405</a></p> <p>1. Relações internacionais. I. Santos, Adelfio Machado dos (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 327</p>
<b>Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

# DEDICATÓRIA

À comunidade acadêmica de Relações Internacionais.

A partir de tais premissas, o professor de relações internacionais deve ser um profissional bem informado, assim como um pesquisador diligente, democrático, sem, contudo, descurar da disciplina, ao mesmo tempo deve ser crítico e participativo, orientador e não instrutor. Deve possuir sólida formação em metodologia científica, visto que, antes de tudo, revestido da condição de cientista e pesquisador, não deve prescindir de sólida formação didático-pedagógica, considerando que, a par de dispor do conhecimento específico na matéria lecionada, deve conhecer a metodologia de ensino para maior eficácia na ação funcional. Necessita imbuir-se de uma visão holística e não compartimentada do fenômeno científico; precisa de sólida formação em Filosofia e Sociologia, dominando completamente uma das abordagens pela qual se pode analisar a sociedade internacional, como por exemplo, o Direito Internacional, a Economia Internacional, a Política Internacional, ademais o Comércio Exterior.

Halliday (1999), discorrendo sobre as influência formativas, analisa que, mesmo que cada um possua sua agenda como área de estudo na universidade, é preciso não se deixar levar pelo modismo do momento e/ou pelas pressões do poder, para que visualize, imparcialmente, seu objeto de estudo. Tendo como dever, usar sua essência e métodos como modo de acentuar e treinar a mente dos educandos e seu próprio conjunto permanente de preocupações disciplinares.

Há evidência de que nas relações internacionais estas preocupações disciplinares possuem dois pontos divergentes, ou seja, um acentuadamente analítico referente à representação do Estado nas relações internacionais, à problemática da ordem na ausência de uma autoridade suprema, ao relacionamento entre o poder e a segurança, à interação da economia com a força militar, as causas do conflito e às bases da cooperação. E outro denominado normativo, relacionado à questão da força e quando e como seria legítimo usá-la, às obrigações devidas ou não ao nosso Estado, ao lugar da moralidade nas relações internacionais e aos erros e acertos da intervenção. (HALLIDAY, 1999, P. 18).

Analisando agora suas semelhanças, o pensador aludido assevera que as relações internacionais são igualmente localizadas em uma outra esfera, ou seja, a do mundo “real”, ou a do mundo “não-reflexivo”, destacando-se os sentimentos que se referem à nacionalidade e às forças de identificação,

relacionadas à conhecida e quase universal incidência de teorias de conspiração e suspeitas sobre “estrangeiros”, o desconhecimento, até mesmo por parte dos mais instruídos sobre outros países e a facilidade com que as paixões públicas são provocadas pelo papel enganoso do estrangeiro, do “outro”.

Para Halliday (1999), os estudantes de relações internacionais são os mais propensos a se depararem com as maiores incompreensões e ignorâncias e os que irão se envolver em mais depuração conceitual, ética e factual de todos os estudantes de ciências sociais, no âmbito das instituições de educação superior.

Não obstante, outras preocupações que contornam a relação do estudo acadêmico das relações internacionais com o mundo de fora. A mais nítida consiste em que, por via de regra, as pessoas sentem que o internacional, entrementes em que abrange grande importância, constitui-se também ameaça, precisamente militar, sendo ainda uma arena onde grandes benefícios e perdas econômicas estão em jogo.

Neste sentido, o estudo acadêmico das relações internacionais iniciou a partir da tentativa de inquirir as causas da maior de todas as tragédias, a guerra, e elaborar meios para diminuir sua futura incidência. Partindo deste ponto, o curso de graduação em relações internacionais encetou a abranger uma agenda mais ampla, particularmente econômica. Destarte, consoante se verificam mutações no orbe terrestre, da mesma forma se alteram as questões colocadas para o estudo acadêmico do internacional.

[...] o escolho reside na própria pressão das questões internacionais, e a demanda para sua análise e comentário pode agir como estímulo e controle do pensamento, além de servir como desvio, porquanto, em resultado, ademais da curiosidade com relação ao mundo, o trabalho universitário se molda pelo que os financiadores *policy makers* leem no jornal. (HALLIDAY, 1999, p. 19).

Destarte, Halliday (1999) exalta que, fixar a agenda acadêmica das relações internacionais, com fulcro em tais preocupações é, contudo, arriscado. Devido à possibilidade de perda de independência e perspectiva histórica e conceitual.

Continua o citado pensador explanando que, no entanto, nas relações internacionais, a pressão é maior devido a sua invisibilidade teórica, ou seja, fator adicional e menos evidente. Exceto para os que têm como profissão o ato

de ensinar e estudar em uma universidade, o assunto não tem uma definição, além do sábio comentário acerca das notícias de ontem ou a breve aparição da história internacional comparada e atual.

Prof. Dr. Adalcio Machado dos Santos

## **REFERÊNCIAS**

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 1999

<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>1</b>
CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E INTERAÇÕES COM A PESQUISA CIENTÍFICA	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luís Freiberger	
Dreon Mendes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324051">https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324051</a>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>19</b>
INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luís Freiberger	
Dreone Mendes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324052">https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324052</a>	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>29</b>
PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL	
Adelcio Machado dos Santos	
Dreone Mendes	
Rubens Luis Freiberger	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324053">https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324053</a>	
<b>CAPÍTULO 4 .....</b>	<b>41</b>
TEORIA GERAL DE SISTEMAS – RELEVÂNCIA NA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luís Freiberger	
Dreone Mendes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324054">https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324054</a>	
<b>CAPÍTULO 5 .....</b>	<b>58</b>
IMPÉRIO ROMANO – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO	
Adelcio Machado dos Santos	
Dreone Mendes	
Rubens Luis Freiberger	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324055">https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324055</a>	
<b>CAPÍTULO 6 .....</b>	<b>70</b>
EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA – IMPACTOS NA GESTÃO E NA MATRIZ CURRICULAR	
Adelcio Machado dos Santos	
Marcos Leandro Fávero dos Santos	
Daniel Tenconi	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324056">https://doi.org/10.22533/at.ed.8542324056</a>	

**SOBRE O ORGANIZADOR.....78**

# CAPÍTULO 1

## CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E INTERAÇÕES COM A PESQUISA CIENTÍFICA

*Data de aceite: 10/03/2023*

*Data de submissão: xx/xx/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor pela UFSC. Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Advogado (OAB/SC nº 4912). Concórdia, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org.0000-0003396-972X>

### **Rubens Luís Freiberger**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Concórdia, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

### **Dreon Mendes**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp. Concórdia, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>.

capitalismo, um processo histórico extenso. O objetivo do estudo é identificar as interações do capitalismo e a globalização sobre as pesquisas científicas. Utilizou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, de revisão bibliográfica sistemática, em artigos publicados entre 2010 e 2020. Quando se abraça uma significação de globalização que abaliza um objetivo de independência nas sociedades, é possível criar teorias que codificam esse processo, como uma forma de conquista entre as comunidades, tornando a ciência um processo de ideias que se movem em múltiplas direções. Esta análise projeta luzes sobre o capitalismo e a globalização, abordando suas relações com as pesquisas científicas, realçando a sua dimensão estruturante do processo de integração e conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Globalização. Relações. Pesquisa Científica.

**RESUMO:** Um dos atributos da globalização é o fato de se manifestar, nos mais diferentes campos que amparam e compõem a sociedade. Surge uma sociedade fundada no sistema econômico denominado

### **CAPITALISM, GLOBALIZATION AND INTERACTIONS WITH SCIENTIFIC RESEARCH**

**ABSTRACT:** One of the attributes of globalization is that it manifests itself in the

most different fields that support and make up society. A society founded on the economic system called capitalism emerges, an extensive historical process. The objective of the study is to identify the interactions of capitalism and globalization on scientific research. Qualitative, systematic literature review research was used as methodology in articles published between 2010 and 2020. When one embraces a meaning of globalization that supports a goal of independence in societies, it is possible to create theories that codify this process, as a form of conquest among communities, making science a process of ideas that move in multiple directions. This analysis sheds light on capitalism and globalization, addressing their relations with scientific research, highlighting their structuring dimension in the process of integration and knowledge.

**KEYWORDS:** Capitalism. Globalization. Relations. Scientific research.

## INTRODUÇÃO

A formação do conhecimento constitui-se um investimento fundamental nos países desenvolvidos, e recebe cada vez mais destaque nas organizações. Isso significa que o saber se transformou em um elemento basilar na dinâmica da nova ordem mundial: conhecimento e informação são recursos estratégicos e agentes transformadores da sociedade.

As transformações no mundo do trabalho influenciam à composição da sociedade da informação, se anteriormente o conhecimento compunha a base das pesquisas científicas, a globalização acrescentou um grau de acesso sem precedentes às informações. A inovação técnica e o crescimento econômico, se tornaram o mecanismo principal da economia, da reestruturação produtiva e do determinante fundamental da mudança de laboração. (ANES, 2021).

O enfrentamento de desafios pelas organizações deve ocorrer com o estímulo de processos de aprendizagem entre os cooperados, com colaboração e dinamismo coletivo para o enfrentamento dos desafios colocados pelas mudanças na era do conhecimento. (SARAVALLI, 2020).

Conhecimento para Borges Júnior (2018, p. 5 *apud* Davenport e Prusak, 1998) é como uma mistura fluída de experiência que condensa valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações.

No século XXI, o principal produto ou serviço da economia é o conhecimento, somando valor as atividades inteligentes assim, identificar os componentes ativos tangíveis e intangíveis é imprescindível. Conseqüentemente, as organizações operam, enfocando nas atividades realmente agregadoras de valor, ou, em outros termos, mais intensivas em

inteligência, tratando de organizar e armazenar o conhecimento, registrando-os. Cada vez mais, as atividades rotineiras ou manuais perdem importância. (NEVES, *et al.*, 2019).

A ciência, tecnologia e inovação estão interligadas, funcionando como elementos centrais na organização da sociedade contemporânea, funcionando como afirmação da soberania e democracia dos países no mundo globalizado. O conhecimento é uma rede complexa de interações de informações, orientando o que pode ser realizado, por conseguinte, a representação daquilo que poderia ser objeto de uma decisão na sociedade. (OLIVEIRA, 2018).

No Hemisfério Ocidental, a modificação de uma sociedade da manufatura para uma sociedade industrial mudou a visão do homem de si, conseqüentemente mudou a visão da história. Surge uma sociedade fundada no sistema econômico denominado capitalismo, um processo histórico extenso que deu origem as três camadas populacionais: a camada capitalista, camada intermediária (classe profissional ou tecnoburocrática) e a classe trabalhadora, causando a modificação concomitantemente de toda a cultura ocidental. (BRESSER-PEREIRA, 2018).

No Modo da Produção Capitalista, a relação existente entre economia e comunicação é inerente ao trabalho humano, o sistema de comunicação nasceu como elemento motivador e acelerador do sistema econômico. Assim, a comunicação faz a mediação entre o trabalho (economia), o sujeito e suas necessidades. (BOLAÑO, 2018; LOPES; SILVA, 2021).

No quesito globalização, ocorreram transformações culturais locais e, conseqüentemente, alterações em suas identidades, e, com o passar dos anos, abrangeu em larga escala todos os continentes. Neste sentido, o globalismo abarca relações, processos e estruturas de domínio e apropriação de demandas mundiais, submergindo as possibilidades de soberania e supremacia, produzindo a visão de um novo período histórico de um mundo capitalista sem fronteira. (PAUTASSO; FERNANDES, 2017).

Destarte, diante da consciência crescente que todos nós fazemos parte do mesmo globo, também fazemos parte de suas adversidades (ecológicas, históricas, políticas, econômicas, religiosas e éticas).

É neste sentido que a globalização é entendida como um processo mundial de internacionalização econômica com forte impacto sociocultural. (MOROSINI; DALLA CORTE, 2018). Em outras palavras, a globalização é vista como um processo objetivo de progressiva independência das diferentes sociedades humanas espalhadas pelo planeta, ou seja, há teorias que leem esse processo como uma nova forma de dominação de umas sociedades sobre as outras.

Diante do exposto, o objetivo do estudo é identificar as interações do capitalismo e a globalização sobre as pesquisas científicas.

## **CAPITALISMO X GLOBALIZAÇÃO**

O mundo e a sociedade atual vivem um período de profundas transformações. Conceitos estão surgindo, ressurgindo e sendo adaptados, nascendo à Era do Conhecimento. Portanto, nas sociedades contemporâneas (de acumulação) o trabalho exerce um papel estruturante muito forte no meio social. (ROSSO, 1996).

É nesta sequência que o capitalismo é visto como sendo um sistema econômico marcado pela acumulação de recursos financeiros e materiais. Tal prática está fundamentada nas relações de compra e venda, e nas necessidades dos indivíduos, estimulado por uma economia que, gradativamente, começou a ser abalizada em valores numéricos. (BRESSER-PEREIRA, 2017).

No mesmo sentido, Lima (1998) aponta que “a natureza própria do capitalismo exige, para sua sobrevivência, acumulação e investimentos crescentes”.

Assim sendo, o sistema capitalista é cingido em quase todo o mundo, tendo como marco inicial entre os séculos XIII e XV com o enfraquecimento do sistema feudal, surgindo então, a classe burguesa, que na época, foi considerada a classe dos ricos mercadores. No entanto, há aqueles que defendem que o capitalismo está atrelado a uma evolução natural da atividade humana, ou ainda, que o capitalismo surgiu no ocidente europeu pelo fato de haver uma demanda de comércio que se beneficiou da inexistência dos entraves ligados às práticas econômicas urbanas da época. (COMPARATO, 2011; GASPAR, 2015).

Essa teoria também, foi defendida por Max (1985), quando delineou que a origem do capitalismo ocorreu em detrimento da decomposição do feudalismo e no incremento de novos contornos de aparelhamento econômico e social. (QUINTANA; HACON, 2011).

Atualmente, há certo consenso entre os estudiosos de que o capitalismo está hoje em sua terceira fase, que corresponde ao “capitalismo financeiro”, sendo que suas duas fases anteriores correspondem ao comercial e ao industrial.

Para tanto, segundo Gaspar (2015), a adoção do mercantilismo foi um dos motivos que propiciou o desenvolvimento do trabalho no modelo capitalista e corresponde a uma política global adotada pelo Estado moderno europeu, cuja principal característica é satisfazer os interesses da burguesia emergente do período, através de diferentes maneiras, a saber: comercial, na Inglaterra; industrial na França; metalista, na Espanha.

É nesta linha que Pereira *et al.* (2017, *apud* Catani, 1986, p. 8), arrazoa que o Capitalismo é um “determinado modo de produção de mercadorias, gerado, historicamente,

desde o início da Idade Moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de desenvolvimento industrial inglês, ao qual se chamou de Revolução Industrial”.

Para Gaspar (2015), formou-se uma aliança entre comerciantes e realeza, o mercantilismo reconheceu como legítima a intervenção econômica do Estado no setor produtivo, como, na agricultura, nas manufaturas, no comércio, e estabeleceu uma estratificação mais rígida e hierárquica da sociedade em ordens (nobreza, clero e povo). Formam-se os grandes impérios econômicos e os poderosos estados europeus, impulsionando a economia do mundo.

É proeminente destacar que, mesmo associando o sistema capitalista como um sistema econômico, seu modo de produção, também vai interferir diretamente em outros aspectos, como o processo político e o social, antemão, ao sistema que vai influenciar na organização de todos os aspectos de uma sociedade.

Para tanto, o processo do capitalismo foi se atualizando e renovando no decorrer da história, chegando até a forma atual. É neste sentido, que Vieira *et al.* (2015a, p. 69-70 *apud* Sposito 1998) assim descreveu:

[...] há uma articulação desenvolvimento-subdesenvolvimento, e não apenas sequências ou fases de um desenvolvimento único, engendradas pelo capitalismo avançado, e concretizadas em diferentes escalas do território (partindo da cidade, passando pela região e atingindo o nível nacional). A evidência da articulação entre as economias nacionais sob o capitalismo, e de sua integração numa economia global é o fato de que apesar de haver um desenvolvimento/industrialização a nível mundial, ele seja diferenciado, embora combinado. Nesta articulação entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” está a base o desenvolvimento do capitalismo monopolista, e neste movimento os “desenvolvidos” subordinam os “subdesenvolvidos”, estabelecendo o que Castells denomina desenvolvimento dependente.

fato, as transformações que o capitalismo promoveu em diversas sociedades nacionais contribuíram para que essa organização do espaço se desencadeasse em diversas nações, mesmo naquelas onde a industrialização não foi representativa, isto é, em diversas áreas do mundo subdesenvolvido oferecedor das diferentes e diversificadas matérias prima. (VIEIRA *et al.* 2015).

A valer, Kopnin (1978) discorre que o homem reflete a realidade, não apenas na qual ela existe imediatamente, mas também como pode e deve ela ser construída para atender as suas necessidades sociais. Muitas vezes para atender suas necessidades, o homem cria, através do conhecimento, objetos não observados na natureza.

Por derradeiro, toda a organização da sociedade e as relações de interação que os indivíduos estabelecem entre si estão, de certo modo, ligados a determinadas instituições ou organizações, também, desenvolvidas por eles. (SANTOS; SILVA, 2020). No mesmo

sentido, ao advertir que, no capitalismo, mais que o fator econômico de uma sociedade, está em jogo à vida dos cidadãos, vale lembrar que neste contexto existem falhas e diferenças de pensamentos, alinhados numa circularidade incessante. Assinala-se assim, que a vivência de um paradigma faz com que se naturalizem os conceitos, os algoritmos e os objetivos de um trabalho de pesquisa.

Nesta dinâmica, Santos; Silva (2020, p. 47377 *apud* Azevedo, 2008) relata que a reação social ao desvio evolui nas sociedades modernas em direção a modos de controle mais formais e mais institucionalizados, que abarca o Direito e as instituições judiciárias estatais, caminhando na direção de técnicas baseadas no convencimento do que na coerção, com o apoio dos meios de comunicação de massa.

De tal maneira, o processo da globalização pode ser considerado novo quanto à unificação de mercados, a utilização de amplos e avançados meios de comunicação e que levam a informação a uma velocidade assombrosa. (MOREIRA, 2010a). Surge assim, um novo paradigma para se levar em conta os novos e rápidos meios de transportes e uma economia interligada de forma ampla e geral, com todas as casas monetárias do mundo.

A globalização é mais que um processo e um fenômeno de abertura das economias mundiais de forma sincronizada, apresenta-se resultado, por alguns, de uma mundialização homogeneizada. Porém, é indubitável que a globalização possa ser entendida como um processo seletivo, uma vez que ela visa a determinadas regiões, atividades ou segmentos sociais a serem integrados mundialmente. (GOMES, 2013).

A respeito do tema, Vieira; Diniz (2015, p. 14 *apud* Grew 1993, p. 228) discorre:

Poucas afirmações provocam tão pequenas controvérsias como a de que os seres humanos estão hoje em contato uns com os outros em todo o mundo como nunca na história. A lista de exemplos tornou-se uma litania: a comunicação instantânea da informação, a cultura universal de estilos e experiências, o alcance mundial de mercados e mercadorias, os produtos compostos de partes oriundas de diferentes continentes. E a referência à aldeia global tornou-se um clichê que poucos contestam.

Também, a Antropologia se debruça sobre o tema, conforme Santana Neto (2012 *apud* Moore, 1996, p. 7), da seguinte forma:

A ideia de que o mundo pode ser visto como um pequeno viveiro ligado pela abrangente força da mídia e do capitalismo internacional é o pano de fundo que serve de base ao empenho de muitos intelectuais, à atividade comercial e às diretrizes de governo na atualidade. Uma das coisas que a tecnologia realmente revoluciona é a escala, ou são as escalas, em que operam as relações sociais.

Do mesmo modo, o sistema de ideias do processo da globalização se expandiu rapidamente, tornando-se uma crença a alimentar o senso comum dos homens, além de

propiciar e alimentar uma série de fenômenos reais: o avanço nos meios de comunicações, ampliação nos meios de produção, o crescimento do comércio internacional envolvendo todos os países e a agilidade nas operações financeiras. (JORENTE, 2012).

## **PESQUISAS CIENTÍFICAS**

A história da ciência é a história do conhecimento, sobre o qual não existe consenso entre seus doutrinadores. Porém, há de se relevar que a ciência se pode absorver, exclusivamente, com o aprendizado e suas experiências, estando em constante processo de revisão, o que possibilita o descobrimento de novos pontos de vista. (ASSIS, 2014).

Assim Vidotto *et al.* (2011, p. 3, *apud* Sveiby, 1998) pondera “que a economia da Era do Conhecimento, oferece recursos ilimitados porque a capacidade humana de gerar informações é infinita”. Deste modo, as pesquisas científicas têm sua importância no contexto da história, a ponto de trazer grandes conquistas e realizações para a humanidade.

De tal sorte, o reconhecimento das pesquisas científicas está relacionado à produção de trabalhos que demonstrem um grande domínio das metodologias utilizadas para a construção do conhecimento. (PRAÇA, 2015).

Nesta perspectiva, cada seguimento da ciência carrega em si uma epistemologia que se manifesta em suas formas de interpretar o mundo, na linguagem desenvolvida para a definição de seus fenômenos e nas diferentes técnicas de investigação e transformação da realidade. E mais, elas se formam em diferentes especialidades, que se definem, não apenas pela constituição de um objeto de estudo particular, mas por suas formas de pensá-lo e torná-lo inteligível. (PRAÇA, 2015).

Conforme Costa e Porto (2010), a pesquisa é algo que se examina, utilizando critérios e especificações. Para os autores, trata-se de um processo sistemático, levando em conta os critérios formais que acompanham os seus processos, atrelados às especificações de seus modelos.

A pesquisa, ainda pode ser considerada como sendo, segundo Goulart (*et al.*, 2016, p. 284, *apud* ANDRADE, 1995, p. 121). “um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

A ciência está presente, empiricamente, desde os tempos pré-históricos, quando o homem dominou o fogo, se fixou na terra deixando de ser nômade, inventou a agricultura e a roda, domesticou os animais e trabalhou com os metais. Na idade média, a ciência passou a ser trabalhada dentro das universidades, chegando a Galileu Galilei com sua

contribuição da Luneta, e, após Galileu, a ciência passou a ser um setor autônomo. (ROSA, 2012).

Historicamente a ciência moderna nasce ligada ao capitalismo. Para Gault (2015, p. 157, *apud* Lacan 1998), o que distingue a ciência moderna, na ordem do tempo, é a aceleração crescente que marca seu desenvolvimento e o da técnica que a acompanha.

No século XX, a ciência e seus métodos objetivos desenvolveram pesquisas em todas as frentes do mundo físico e humano, atingindo um grau de precisão surpreendente, não somente na área de exploração espacial ou da medicina, como nos mais variados setores da sociedade. (IMANÃ-ENCINAS; SANTANA, 2019).

De modo mais abrangente, o que define o status científico de uma teoria é a sua capacidade de ser submetida a testes e refutações, caracterizando a legitimidade do processo na busca de uma teoria mais universal. (MOREIRA, 2010b).

Ante as transformações que o mundo vem sofrendo, em especial, nos aspectos ambiental e social, crescem os desafios relacionados ao campo da pesquisa científica, impondo aos pesquisadores a observância de novos paradigmas nas diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa científica, na visão de Ruiz (1991) descreve como sendo uma realização efetiva de uma investigação delineada, ou seja, é aquela desenvolvida e composta de acordo com as normas metodológicas consagradas pela ciência.

Já para Andrade (2003, p. 121), a pesquisa científica é considerada como sendo “o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseada no raciocínio lógico que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização do método científico”.

No mesmo sentido, Chizzotti (1991, p.11), descreve que as descobertas científicas resultam das investigações e de seus experimentos, pois assim dispõe:

(...) cabe à pesquisa investigar o mundo em que o homem vive e o próprio homem. E para essa atividade, o pesquisador recorre à observação e à reflexão que faz sobre problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida.

Ocorreu, destarte, que o fenômeno modernizador da estrutura social, por meio de movimentos sequenciais visa promover a industrialização, a urbanização, à alfabetização, com a exposição aos meios de massa e a participação coletiva nas decisões nacionais e comunitárias.

Na visão de Silva (2007), o ato de colocar em prática a pesquisa, requer-se a criação de um roteiro, de forma planejada e minuciosa, seguindo todas as etapas a serem

observadas, como: seleção do tema de pesquisa, definição do problema a ser investigado, processo de coleta, análise e tratamento dos dados, e apresentação dos resultados. Em pesquisas, os estudiosos utilizam o paradigma como fundamento sobre o qual a comunidade científica desenvolve suas análises, as quais servem de base para os desenvolvimentos subsequentes da ciência.

Um paradigma se compõe de regras que orientam a investigação científica, uma vez que se estabelece um determinado paradigma à pesquisa avança na solução dos problemas. (KUHN, 2001).

Assim, Pádua (1996) define o paradigma como um exemplar, um modelo padrão, sobre o qual é efetuado a construção idealizada que serve para análise ou avaliação de uma realidade concreta. Por conseguinte, um paradigma é uma forma predominante e específica de explicação da realidade, em um determinado momento, orientando a prática dos pesquisadores, suas relações com o trabalho, à cultura e a organização social.

Á medida em que tem início o aparecimento de anomalias em um protótipo, que comprometem a objetividade e exatidão da pesquisa científica e cuja solução torna-se inviável em termos teóricos, produz-se uma “quebra” de paradigma e sua consequente substituição por outro. (LIRA, 2010).

Na concepção de Kuhn (2001), o desenvolvimento constante da ciência deve-se as anomalias que conduzem ao falseamento de teorias científicas e às mudanças de paradigmas. O tempo de acúmulo dos fatores presentes que atingem as partes vitais do paradigma desencadeiam os estados de crises, conseqüentemente, levam as mudanças.

É neste sentido, que a pesquisa científica é vista como sendo toda prática delineada para a formação do conhecimento, sendo esta desenvolvida para exceder certas dificuldades que nascem no processo de conhecimento dos fenômenos, como, também, para explicar os fatos não conhecidos e para mostrar as limitações das velhas maneiras de explicação dos fatos já conhecidos. (SERRANO, 2003).

A pesquisa pode ser apresentada como sendo uma busca de respostas para certos questionamentos ou problemas, sem consecução de soluções imediatas na literatura, particularizada a respeito do assunto. É neste seguimento que Serrano (2003, p. 84) dispõe:

Toda pesquisa científica é um processo que consiste na investigação de alguma coisa: átomos ou nuvens, células ou ecossistemas, sociedades ou ideias. O processo de pesquisa é o que constitui os campos de pesquisa ou ciência.

Destarte, revela-se que a pesquisa científica objetiva basicamente colaborar para a evolução do conhecimento humano em todos os campos, delineada e executada segundo

os rigorosos critérios de processamento das informações levantadas sobre o tema de estudo.

Por conseguinte, a pesquisa científica constitui sempre um segmento essencial à condição humana, por desejar resolver os problemas próprios da vida, pela necessidade sempre incansável de conhecer e transformar a natureza, para, assim, prover as suas necessidades materiais e espirituais. (SERRANO, 2003).

## **CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM AS PESQUISAS CIENTÍFICAS**

A distribuição do conhecimento é uma precisão econômica do mundo atual dos negócios. Por derradeiro, o senso comum ou conhecimento corriqueiro noticiar-se na quantidade de informações que são legadas, impregnadas ou ainda restauradas pelos indivíduos, sem passar por um processo de organização.

De tal modo, habitam-se com inúmeras crenças e mitos vivenciados por grupos sociais, sem teor crítico, repassados pelas diferentes gerações. (MEZZAROBBA, 2014).

Registra-se que a ciência, na condição atual, tem em seu bojo, o resultado de descobertas científicas, cada vez mais aprimorada em decorrências do surgimento das tecnologias modernas. Assim, o seu nível recente de acréscimo foi resultante da evolução de técnicas, fatos empíricos e leis. (ARAÚJO 2017).

No mesmo sentido, Probst *et al.* (2002) observam que, nos últimos tempos, as oportunidades e riscos intrínsecos na troca global de dados, informações e conhecimentos, se tornaram uma questão social. Implicando na geração dos conhecimentos nas relações sociais, estando em constante movimento e renovação. (OLIVEIRA,2021).

Revela-se que a pesquisa é uma atividade tão representativa e importante na sociedade, que o número de profissionais dedicados a essa ocupação aumentou significativamente. Muito do que parecia estabelecido em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornar-se anacrônico ou adquirir outros sentidos.

Indubitável é que, com o aumento considerável do conhecimento humano, a ciência vem se harmonizando aos cidadãos com uma participação de fato em seu desenvolvimento, buscando, dentre seus objetivos a melhoria da qualidade de vida, além dos componentes que atendam às necessidades básicas de sobrevivência e de seus desejos, sejam eles estéticos, como também, clínicos.

No mesmo sentido, Feyerabend (1977) aponta em seus ensinamentos que o pesquisador deve escolher a melhor teoria para sugestão das hipóteses de solução para o problema de estudo. São benéficas inúmeras teorias, desde que não prevaleça à uniformidade de teoria como ajuste de solução, que ameace o livre desenvolvimento do indivíduo.

Atualmente, diante das transformações que o mundo vem suportando - ambiente e sociedade - crescem os desafios conexos ao campo da pesquisa científica, atribuindo aos pesquisadores à observância de novos paradigmas nas diferentes áreas do conhecimento.

É relevante apontar que, fazer ciência também passa por mudanças e/ou inovações para que possa atender às novas precisões e interesses da sociedade globalizada. Isto porque, o que poderia ser considerado válido no passado, hoje, pode não ter a mesma validade ou eficácia de suas precisões, requerendo, para tanto, a criação de novos paradigmas que conduzam às novas descobertas científicas. (OLIVEIRA; MOURA, 2015).

A respeito do tema, Diniz-Pereira e Zeichner (2017) discorrem que a pesquisa está permanentemente, averiguando o homem e o mundo assim, muitos pesquisadores utilizam a pesquisa-ação para observar e refletir sobre os dilemas encontrados na realidade, estruturar soluções e apontar soluções práticas tentando alcançar o equilíbrio entre homens - mundo.

O processo da globalização, distribuídos nos territórios e suas fronteiras, atrelados a todo regime político, social e cultural, parecem mesclar-se, tencionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades.

Para Mezzaroba e Monteiro (2014), as dificuldades nas pesquisas científicas está na quebra de velhos e antiquados paradigmas que moldam nossas crenças e atitudes, pois o processo da globalização abrange uma camada indeterminada de indivíduos, estando ela estampada de forma individual ou coletiva, em movimentos sociais, em organizações e corporações empresariais, organizações religiosas, atividades intelectuais e outras, que passam a ser influenciadas pelos movimentos e pelas configurações do globalismo.

Nesse contexto quando se multiplicam as relações, os processos e as estruturas de ascendência e assimilação, bem como, de sua conexão e fragmentação, em escala mundial surgem novas exigências epistemológicas. Por sorte, a aptidão das relações, processos e estruturas de âmbito mundial, com as suas implicações locais, nacionais, regionais e mundiais, exigem conceitos, categorias ou interpretações de alcance global.

No âmbito das pesquisas científicas, a geração do conhecimento é muito mais que uma meta a ser alcançada. Isto por que, segundo Leff (2011 *apud* Khun 1962), ao tratar dos paradigmas científicos, ela deve ser entendida como sendo um processo submisso

os incidentes de percurso que, por isso mesmo, promovem rupturas e reconstruções constantes em seus conceitos e juízos sobre a realidade estudada.

Como bem destacou Albrow (1990, p.9), a “globalização diz respeito àqueles processos pelos quais os povos do mundo são incorporados em uma sociedade mundial, uma sociedade global”. Já McGrew (1992), apontou que a globalização está relacionada à multiplicidade de relações e interconexões entre Estados e sociedades, além das consequências para os indivíduos e a coletividade como um todo.

De qualquer modo, qualquer fato que ocorre em qualquer lugar, no mundo atual, pode produzir muito rapidamente seus efeitos em outros lugares. Todas as partes do mundo estão crescentemente entrelaçadas em um vasto processo. Alguns dos motivos para este novo sentido de interconexão mundial baseiam-se na ideologia e outros simplesmente na comunicação e informação mais rápida, acelerada no processo mundial da disseminação das informações.

No contexto da globalização e mudanças estruturais no âmbito das pesquisas científicas, é imperioso apontar os ensinamentos de Hobsbawn (1996), o autor ressalta que é necessário estar sempre atento para as mudanças ambientais e as transformações sociais e culturais que ocorrem na sociedade.

Assinala-se, ainda, que, nessa empreitada, o homem encontra-se com todas as forças da natureza e da sociedade, associando todas as energias da sua capacidade criadora, organizando todas as possibilidades de suas ações e compilando as melhores técnicas e instrumentos para o bom andamento de sua vida. Assim, os esforços criados e implantados no âmbito das pesquisas científicas, revelam-se na criação de novos paradigmas nas pesquisas científicas para acompanhar as transformações do mundo.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão sistemática da literatura, com intuito de reunir e analisar artigos na íntegra, publicados entre 2010 e 2020, disponibilizados em bases de dados, concedendo visão ampla sobre o tema de pesquisa.

Para condução da pesquisa, percorreram-se seis etapas: elaboração da pergunta de pesquisa; levantamento dos estudos primários; extração dos dados encontrados; avaliação dos estudos; análise e síntese dos resultados. (SOUZA *et al.*, 2010).

Destarte, o estudo tem como questão norteadora: Qual a relação do capitalismo e da globalização com as pesquisas científicas?

Como critérios de inclusão selecionaram-se: artigos originais e na íntegra, publicados entre 2010 e 2020, escritos na língua Portuguesa, Inglesa e Espanhola e disponibilizados na íntegra e gratuitamente nas bases eletrônicas Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando-se na pesquisa as palavras-chave: Capitalismo; Globalização; Relações; Pesquisas Científicas.

Após levantamento dos estudos, os pesquisadores realizaram a leitura dos títulos e resumos, já fazendo descarte/exclusão dos artigos que não se enquadravam nos critérios de inclusão. O próximo passo contemplou a leitura dos textos publicados na íntegra nas bases de dados, selecionando os estudos elegíveis para responder a especificidade da pesquisa e descartar os estudos inelegíveis para pesquisa.

Os resultados foram apresentados em três categorias: Capitalismo X Globalização; Pesquisas Científicas; Capitalismo, Globalização e suas Relações com as Pesquisas Científicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na visão do Capitalismo, a globalização e suas relações com as pesquisas científicas, se sobrepõem sobre a natureza externa do homem. É como se diante desses dois polos, o homem, sujeito da natureza universal, estivesse constantemente buscando dominar essa natureza externa, o que levaria a criação de uma unicidade.

No processo da Globalização, é indiscutível, que ela se manifeste em diferentes campos que amparam e compõem a sociedade, inclusive nos processos de transformações das pesquisas científicas e suas influências na vida de cada cidadão.

Por vez, o sistema econômico do Capitalismo diante do processo da Globalização, vem proporcionando mudanças no mundo do consumo dos indivíduos, mediante estratégias que reorganizam as formas de acesso as suas diversidades, articulados através de redes constituídas em torno de centros de interesse que unem forças específicas de mercado.

Ainda é possível observar que ao abraçar uma significação de globalização que abaliza um objetivo de independência nas sociedades, é possível criar teorias que codificam este processo como uma forma de conquista entre as comunidades, tornando a ciência um sistema de ideias que se movem em múltiplas direções.

Esta análise projeta luzes sobre o capitalismo e a globalização, abordando a sua relação com as pesquisas científicas, realçando a sua dimensão estruturante do processo de integração e ao conhecimento. É neste horizonte que o processo de globalização

abarcam um processo mundial de internacionalização econômica com forte impacto sociocultural. Em outras palavras, a globalização é vista como um processo objetivo de progressiva independência das diferentes sociedades humanas espalhadas pelo planeta, ou ainda, como uma nova forma de dominação de umas sociedades sobre as outras, seja economicamente, socialmente e/ou intelectualmente.

Destarte, observa-se que, nos últimos tempos, as oportunidades e riscos intrínsecos na troca global de dados, informações e conhecimento, se tornaram uma questão social, estando em constante movimento e renovação.

À guisa de conclusão, revela-se que os novos tempos e os novos espaços, diante das novas formas de organização das sociedades mundiais, exigem das ciências e dos pesquisadores afins, uma imperiosa necessidade de revisão ética dos conceitos e das categorias de análise, tanto no âmbito da natureza, como da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ALBROW, M. *Globalization, knowledge and society*. In: ALBROW, M.; KING, E. (ed.). **Globalization, knowledge and society**. Londres: Sage Publications, 1990. p. 3-13.

ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: ANDRADE, M. M. (org.). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. cap. 10, p. 121-127. . Acesso em: 8 mar. 2022.

ANES, R. R. M. Reestruturação produtiva, conhecimento e adequação da universidade aos moldes empresariais. *Germinal Marxismo e Educação em Debates*, v. 13, n. 1, p. 277-195, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43516/24614>. Acesso em: 8 mar. 2022.

ARAÚJO, C. A. A. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. *RACIn*, v. 5, n. 2, p. 10-29, 2017. Disponível em: [http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v5\\_n2/racin\\_v5\\_n2\\_artigo01.pdf](http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v5_n2/racin_v5_n2_artigo01.pdf). Acesso em: 18 fev. 2022.

ASSIS, K. R. História e filosofia da ciência no ensino de ciências e o denate universalismo versus relativismo. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v.7, n. 2, p.149-166, 2014. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/214>. Acesso em: 8 mar. 2022.

BOLAÑO, C. Crítica e emancipação nos estudos da informação, da comunicação e da cultura. **Revista Epitc**, v. 20, n. 1, p. 100-10, 2018.

BORGES JÚNIOR., G. M.; RIGO, S. M.; PINHEIRO, L. J. O.; YAMAGUCHIC. K. Aplicabilidade da gestão do conhecimento no setor de tecnologia da informação numa instituição federal de ensino. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONOCIMIENTO E INOVACIÓN, 8., 2018, Guadalajara. **Anais [...]**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2018. Disponível em: <https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/issue/view/14>. Acesso em: 26 fev. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo financeiro-rentista. **Política e dinheiro**, v.32, n. 92, p. 17-29, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ptBDvD5MzRN7yq4hgphkCJp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2022.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

COMPARATO, Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 72, p. 251-276, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6rdn6gfNjWGcwjBVcFszSWh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2022.

COSTA, P. R.; PORTO, G. S. Gestão da cooperação empresa-universidade: caso de uma multinacional brasileira. **RAC**, v. 14, n. 1, p. 100-121, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/9VD7PJPLrZD JbjF7pdvG9Lb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2022.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DINIZ-PEREIRA, J. E.; ZEICHNER, K. M. **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cad. Metrop.**, v. 17, n. 33, p. 265-296, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/rbnKdf7JR6gT3mLbcQmNgKG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GAULT, J. L. O nascimento da ciência moderna. Uma leitura de “a ciência é a verdade”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 2, p.156-161, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229042579012.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

GOMES, Róger Walteman. **A geopolítica portuária do século XXI no município Rio Grande/RS: uma proposta de educação ambiental crítica/emancipatória**. 2013 Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Instituto deseducação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000010218.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

GOULART, G. S.; DAMACENA, C. A. M.; BAIRROS, C. R.; BARBOSA, D. R.; ARCARO, J. M. N.; REPETTO, V. B. B. Os paradigmas frente à ciência. **Revista de Extensão**, v. 3, n. esp., p. 282-287, 2016. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revistaccne/index.php/cnnext/article/view/941/672>. Acesso em: 2 mar. 2022.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IMANÃ-ENCINAS, J.; SANTANA, O. A. **O trabalho científico na metodologia científica**. Brasília: UNB, 2019. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34368/1/LIVRO\\_TrabalhoCientificoMetodologia.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34368/1/LIVRO_TrabalhoCientificoMetodologia.pdf). Acesso em: 26 jan. 2022.

JORENTE, M. J. V. **Ciência da informação: mídias e convergência de linguagens na web**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109223>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor**, v. 14, n. 2, p. 309-335, 2011.

LIMA, G. F. da C. Consciência Ecológica: emergência, obstáculos e desafios. **Revista Ciência Sociais - Política & Trabalho**, p. 139-154, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6420/19721>. Acesso em: 3 nov.2020.

LIRA, G. V.. **Epistemologia, metodologia e prática de um modelo cartográfico de avaliação curricular em educação médica**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LOPES, Q. V.; SILVA, M. S.; SANTOS, A. R. J. O capitalismo e a educação. **Conjecturas**, v. 21, n. 3, p.387-401, 2021. Disponível em: <http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/124/100>. Acesso em: 8 mar. 2022.

KOPNÍN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

MCGREW, A. G. Conceptualizing global politics. *In*: Anthony G. McGrew, Paul G. Lewis (ed.). **Global politics**. Cambridge: Polity Press, 1992. c. 1, p. 1-28.

MEZZAROBA, C. S. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MOREIRA, C. S. A integração regional como resposta ao processo de globalização. **Gestão Contemporânea**, ano 7, n. 7, p. 215-243, 2010a. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/1.%20ARTIGO%20%20A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional%20como%20resposta%20ao%20processo%20de%20globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2022.

MOREIRA, M. A.. **Epistemologia e ensino de física**. Porto Alegre: Instituto de Física – PPGEnFis, UFRGS, 2010b. (Texto de apoio ao professor de Física).

MOROSINI, M. C.; DALLA CORTE, M. G. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 47, p. 97-120, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14000>. Acesso em: 8 mar. 2022.

NEVES, I. D.; AMARANTE, J. M.; MENEGASI, C. H. M. A influência da gestão do conhecimento na motivação empreendedores de profissionais da área de tecnologia da informação. **Revista Valore**, v. 4, p. 15-28, 2019.

OLIVEIRA, G. M. M.; SILVA, P. C. O constante movimento de renovação. **Epígrafe**, v. 10, n. 1, p. 7-19, 2021.

OLIVEIRA, T. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 191-21, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/fY6npwPvcTjd4ZRCWfsykyF/?format=pdf&lang=pt>

OLIVEIRA, C.; MOURA, S. P.; SOUSA E. R. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia da PUC Minas, Belo Horizonte*, v.7, n. 1, p. 75-94, 2015.

PÁDUA, E M. M. de. *Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: São Paulo, 1996.

PAUTASSO, D.; FERNANDES, M. P. Soberania ou “globalização”? Reflexões sobre um aparente antagonismo. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.6, n.11, p.221-240, 2017.

PEREIRA, R. S.; MOSTAGI, N. C.; AGUIAR, E. C.; REZENDE, C. H. S. O discurso da sustentabilidade no capitalismo uma falácia. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E O MEIO AMBIENTE*, 9., 2017, São Paulo. **Anais eletrônico [...]**. São Paulo: USP, 2018. p. 1-16. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/297.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**, n. 1, p. 72-87, 2015. Disponível em: [http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf). Acesso em: 18 nov. 2020.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. *Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso*. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

QUINTANA, A. C.; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**, ano XIV, n. 25/26, p. 427-444, 2011. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21\\_OSQ\\_25\\_26\\_Quintana\\_e\\_Hacon.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_OSQ_25_26_Quintana_e_Hacon.pdf). Acesso em: 8 mar. 2022.

ROSA, C. A. P. História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico. v. I, 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/1019-Historia\\_da\\_Ciencia\\_-\\_Vol.I\\_-\\_Da\\_Antiguidade\\_ao\\_Renascimento\\_Cientifico.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1019-Historia_da_Ciencia_-_Vol.I_-_Da_Antiguidade_ao_Renascimento_Cientifico.pdf). Acesso em: 8 mar. 2022.

ROSSO, S. D. *A jornada de trabalho na sociedade: o castigo de Prometeu*. São Paulo: LTr, 1996.

RUIZ, J. A. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

SANTANA NETO, Alexandre Leocádio. *A formação continuada para o uso da TV multimídia: o olhar dos professores de história do litoral paranaense*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2012.

SANTOS, A. M. ; SILVA, A. Violência urbana e suas representações sociais. *Braz. J. of Develop.*, v. 6, n. 7 , p. 47370-47384, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13276> Acesso em: 12 nov.2020.

SARAVALLI, Tadeu Luciano Seco. **Redes de cooperação técnica internacional: o programa cidades do pacto global da ONU em Birigui – SP**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2020.

SERRANO, P. J. **Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica**: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades. Barueri: Manole, 2003.

SILVA, S. G. de. A contribuição da pesquisa no desenvolvimento da aprendizagem da criança nas séries iniciais. Natal: Instituto Natalense de Educação Superior (INAES), 2007.

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VIEIRA, J. D.; GRAÇA, R. F.; RODRIGUES, A. J.; SILVA, J. A. B. Uma breve história sobre o surgimento e o desenvolvimento o capitalismo. *Ciências Humanas e Sociais*, v. 2, n. 3, p. 125-137, 2015.

VIEIRA, . D. L.; DINIZ, B. D. O valor trabalho na sociedade de risco: a fábrica global. *Revista **Thesis Juris***, v. 4, n. 1, p. 13-40, 2015.

VIDOTTO, J. D. F.; FAZZIONI, D. P. M.; RADOS, G. J. V.; SELIG, P. M. A biblioteca virtual como ferramenta da gestão do conhecimento e inovação. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., 2011, Florianópolis. Anais eletrônico [...]. Florianópolis: Centro de Eventos da UFSC, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26056/3.32.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 mar. 2022.*

# INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

---

*Data de aceite: 10/03/2023*

*Data de submissão: xx/xx/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC.

Mestre em Relações Internacionais.

Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

### **Rubens Luís Freiburger**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>

### **Dreone Mendes**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

a diversas teorias, inclusive a soberania do Estado. Não podendo os contrastes que surgem nas Relações internacionais ser resolvidos mediante decisão de um poder soberano capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz, os Estados recorrem à prova de força, vendo-se obrigados, na possibilidade de tal situação, armarem-se uns contra os outros ou, se não puderem confiar só em suas armas, a apoiarem-se nas armas alheias. Este conceito das Relações internacionais e da sua diferença quanto às relações internas não é desmentido pela existência de um direito internacional, que muitos juristas consideram um ordenamento originário, plenamente vinculador para quantos lhe estão sujeitos. Destarte, tal estudo se justifica, porquanto a produção de conhecimento científico na área, constitui ponto de partida para qualquer investigação sobre o assunto, ao mesmo tempo em que os resultados destes trabalhos evidenciam a necessidade de conhecer a realidade do ensino de Relações Internacionais, a pesquisa e a profissionalização.

**RESUMO:** O objetivo desse estudo consiste em configurar introdução às Relações Internacionais, bem como projetar luz sobre

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Internacionais. Introdução. Estado.

## INTRODUCTION TO INTERNATIONAL RELATIONSHIPS

**ABSTRACT:** The objective of this study is to configure an introduction to International Relations, as well as to shed light on several theories, including the sovereignty of the State. As the contrasts that arise in International Relations cannot be resolved by a decision of a sovereign power capable of imposing an effective legal order, States resort to the test of force, seeing themselves obliged, in the event of such a situation, to arm themselves against each other. Others or, if they cannot rely on their own weapons, to rely on the weapons of others. This concept of International Relations and its difference in terms of internal relations is not contradicted by the existence of an international law, which many jurists consider an original order, fully binding for those who are subject to it (BOBBIO, 1998). Thus, this study is justified, as the production of scientific knowledge in the area, constitutes a starting point for any investigation on the subject, while the results of these studies highlight the need to know the reality of teaching International Relations, the research and professionalization.

**KEYWORDS:** International Relations. Introduction. State.

## INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais sempre foram efetuadas pelo homem antigo buscando resolver impasses, mediante um poder soberano capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz. Os gregos da Grécia Antiga enviavam representantes em missões diplomáticas às cidades-estados levando mensagens, ofertas, presentes ou mensagens em tentativas diplomáticas de negociação e resolução. (MAGNOLI, 2017).

Os governantes das cidades-estados italianas renascentistas embasam a diplomacia e a arte da negociação moderna, reduzindo o número de guerras e alicerçando as bases das relações internacionais. (MAGNOLI, 2017).

Assistimos as Relações Internacionais evoluírem no século XX, cada país assumiu um papel e uma base de negociação, os países ocidentais se embasam nos parâmetros adotados pelos Estados Unidos (EUA) a partir da I e II grandes guerras mundiais. Para Pecequilo (2016 *apud* Hoffmann 1985), denominada ciência norte-americana.

A disciplina de Relações Internacionais surge no início do século XX, precisamente em 1918, têm como raízes as ciências da História, Sociologia, Direito, Filosofia, Economia, entre outras. Encontra-se em constante renovação e evolução com o processo da globalização e das relações entre os países do eixo Ocidental/EUA, países emergentes do terceiro mundo, países da zona do euro (moeda comum), entre outros, em diferentes campos. (PECEQUILO, 2016).

Preleciona Saldanha (2005, p. 17) que as Relações Internacionais possuem um método de análise complexo, que, por determinar seus limites e especificidades, necessariamente configura a disciplina Teoria das Relações Internacionais (TRI).

Como ciência a TRI é uma área autônoma, estuda teorias abordadas e delimitadas e demanda contextualização ao invés de afastamento e neutralidade dos acontecimentos. (PECEQUILO, 2016).

Essa constituição metodológica acaba determinando a produção de um conhecimento, onde o sujeito que conhece acaba por estabelecer uma relação determinada e específica com o objeto a ser conhecido, qual seja este último a realidade internacional.

Por muito tempo, a produção de conhecimento em relações internacionais restou arraigada na tradição por vezes mecanicista, dogmática, o que não condiz com a noção que se deve ter da relação cíclica, sujeito/objeto/sujeito/sociedade.

A partir da relação de produção de conhecimento que se forma a teoria, a qual busca empreender limites de análise, determinando aos conhecedores do objeto uma direção científica de produção de conhecimento, sendo que, especificamente passa por este processo catártico de conformação para o entendimento da realidade do que se chamam relações internacionais. (SALDANHA, 2005, p. 19).

Quanto à Metodologia empregada, a pesquisa tem caráter qualitativo, uma vez que se procura trabalhar com informações que não podem se diretamente quantificadas, realizando-se um estudo aprofundado sobre o tema em questão, qual seja, as relações internacionais.

Na Fase de Investigação foi utilizado o Método Dedutivo, que se caracteriza por inferir, a partir de afirmações gerais estabelecidas pelas teorias científicas anteriores, consequências válidas que se aplicam a casos particulares, ou seja, ao objeto do presente estudo (POZZEBON, 2004, p. 28). Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as Técnicas da Pesquisa Bibliográfica.

Conforme Santos (2007, p. 31), as formas mais comuns de coletar informações são: a pesquisa bibliográfica, o levantamento e a pesquisa experimental, que utilizam como fontes a bibliografia, o campo e o laboratório, respectivamente. Pesquisa documental, pesquisa *ex post facto*, pesquisa-ação e estudo de caso constituem variações importantes daquelas formas fundamentais.

São consideradas fontes bibliográficas, os livros (de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc.), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos, etc.), entre outros. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como pesquisa bibliográfica.

Conforme Haguette (1997), o método qualitativo fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, sendo que a estatística é incapaz de dar conta dos

fenômenos complexos e dos fenômenos únicos. Esse método enfatiza as especificidades de um fenômeno ou fato social em termos de suas origens e de sua razão de ser.

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CONHECENDO AS RELAÇÕES E RELACIONAMENTOS**

A academia costuma separar os métodos e objetos próprios à teoria política e à abordagem histórica das relações internacionais, daqueles que enquadram uma visão jurídica ou econômica dessa mesma problemática.

São compreensíveis as muitas razões que militam para uma delimitação entre esses campos disciplinares. História econômica, ciência política, direito econômico internacional, história narrativa e sociologia do desenvolvimento, devem poder combinar-se em favor de uma visão integrada da inserção internacional do Brasil, nos quase dois séculos de emergência enquanto nação independente.

Como a pergunta do que, efetivamente, ocorreu nas relações internacionais do Brasil, as questões do quando e onde não suscitam maiores indagações metodológicas, uma vez que se trata de matérias de fato.

Com efeito, não é difícil precisar quando e onde o Brasil assumiu um determinado compromisso externo ou esteve envolvido em alguma questão internacional fatos históricos como entrada em guerra, assinatura de acordo, ingresso em organismo multilateral, conflito comercial, etc., bastando examinar uma relação cronológica de eventos e processos. (ALMEIDA; 2006, p. 20).

As relações internacionais cabem o papel de ciência e tecnologia, ensinar dinâmicas e temas elementares como cooperação competição, segurança e desenvolvimento nas dimensões interacionais. Fazem parte do contexto político e das relações sociais de qualquer país. (LEITE; GAYARD, 2019).

O surgimento dos cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais se insere num quadro em que o comércio internacional, os intercâmbios políticos, culturais e sociais, a entrada de grandes conglomerados estrangeiros, em quase todos os setores, passaram a assumir importância, causando impacto tanto junto à sociedade quanto no Estado brasileiro. Esse fato está relacionado ao papel que o país desempenha ou exercita com maior ou menor intensidade, à sua inserção em termos regionais ou mais amplos, e à própria percepção que se tem do mundo, influenciados pelos meios de comunicação de massa. (MIYAMOTO, 2003).

Não existe geração de novas tecnologias sem uma base de conhecimento científico e sem uma indústria de bens de capital, pela forma como se verifica a própria gênese, na prática, das modificações do processo produtivo.

Guimarães (2005, p. 125) salienta que o processo que vai resultar em uma inovação tecnológica se inicia com a ocorrência de um problema no processo produtivo. A partir da ocorrência desse problema, busca-se, com o auxílio do estoque existente e disponível no país de conhecimentos científicos e tecnológicos, que ajuda a desenvolver as soluções para aquele problema.

A pesquisa científica pura aumenta o estoque de conhecimentos disponíveis e facilita o processo de inovação tecnológica. A dinâmica de produção depende de como estão distribuídos os papéis e as funções dos atores sociais, cabendo ao Estado o papel chefe de mediador das relações entre os envolvidos. (LEITE; GAYARD, 2019).

Almeida (2006, p. 33) esclarece que a produção brasileira de relações internacionais tem vivenciado notável evolução, tanto quantitativa como qualitativamente. A afirmação evolutiva de estudos na área das relações internacionais, também surge no estudo de Decol e Silva (2019) que avalia a produção dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (RI) brasileiros do século XXI, a partir de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os estudos encontrados versam sobre economia internacional, segurança internacional e política externa, com construção e/ou reorientação de conceitos e criação de modelos de análise.

Fica evidente que a complexidade das Relações Internacionais necessita de complementação de modelos teóricos. A popularização dos assuntos ligados à diplomacia é uma das exigências que impulsiona o estudo do sistema internacional. O esforço teórico é parte da tentativa de empreender visão global da ordem mundial, por estar em constante mutação exige a elaboração de novos esquemas explicativos. O realismo e a interdependência se situam mais em posições complementares do que divergentes.

Observa-se o caráter ainda preliminar dos avanços metodológicos e práticos nessa área. Lijphart (1977, p. 53 *apud* Almeida, 2006, p. 36) destaca que,

"o estudo das relações internacionais é uma disciplina relativamente recente. Estima-se geralmente que ela se constituiu imediatamente após a primeira guerra mundial – mas que se desenvolveu com uma rapidez quase fulminante, sobretudo nos anos que seguiram à segunda guerra mundial".

Esse fato se dá, mesmo com a natureza precoce do “universo das relações internacionais”, onde se registra ainda o seu caráter incipiente da produção *lato sensu*, onde de um lado se tem pesquisas e estudos históricos e do outros ensaios de Ciência Política e trabalhos diversos nos campos da Economia, do Direito e da Sociologia.

Em especial, no Brasil, a evolução da disciplina é bastante recente, se pode afirmar que somente a partir da década de 1980 adquiri estatuto próprio diferenciando-se da Ciência Política e da História, porém, ainda não completamente. Continua a colaborar com a História na delimitação de um campo de conhecimento, voltado para o estudo da política externa e das relações internacionais.

Passou a trabalhar com a Ciência Política e outras disciplinas na discussão teórica ou empírica das questões econômicas, políticas e estratégicas das relações internacionais contemporâneas. Almeida (2006, p. 36) destaca que a crescente autonomia das relações internacionais, no mundo Anglo-Saxônico e na Europa Ocidental, coloca o caráter interdisciplinar desse campo de estudos como sua marca distintiva, não somente no Brasil, mas nos centros tradicionais de produção científica em geral. No campo de estudo tem se optado por uma dicotomia na formulação de conceitos, entretanto não existem apenas conceitos ocidentais sobre as relações internacionais. (MENDES, 2019a).

Relações Internacionais surge como uma disciplina em 1919 na Universidade de Gales em *Aberystwyth*, em 1920 na cidade de Londres no *Royal Institute of International Affairs* e em 1921 na cidade de Nova Iorque no *Council of Foreign Relations*, instituições privadas que adotam a disciplina para estudos científicos. Apesar de a disciplina apresentar raízes na escola norte europeia, os EUA tiveram condições materiais e ideológicas para avançar os estudos além de uma disciplina. Atualmente, os cursos e Relações Internacionais das instituições são referências mundial sobre o assunto. (MENDES, 2019a).

Para Guimarães (2005, p. 129), a inovação tecnológica, do tipo equivalente à introdução no mercado de um produto novo, corresponde à possibilidade de auferir lucros a partir de um maior poder de mercado. Essa inovação será protegida por seu detentor e não será transferida por ele, pois sua transferência corresponderia à criação de concorrentes, ao aumento da oferta, à redução dos preços e, portanto, de sua margem de lucro. Daí a tentativa de proteção jurídica a propriedade intelectual, por meio de sua extensão no tempo e no espaço.

A atividade de cunho científico vinculadas ao campo das relações internacionais apresentam crescente importância, com desenvolvimentos notáveis nos instrumentos existentes de estudo e pesquisa, e também no volume e diversidade da produção acadêmica e diplomática.

Da mesma maneira, a industrialização e a modernização econômica brasileira foram perseguidas de forma persistente pela sociedade, a integração regional passa a fazer parte do horizonte histórico no futuro da nacionalidade.

Num mundo em constantes mudanças, com cenários geopolíticos e geoeconômicos não totalmente claros, a opção de política adotada pelo Brasil passa a conformar um dos pontos mais importantes de sua agenda internacional. O pensamento científico pode se apresentar separado do pensamento técnico, mas os atos técnicos são tão rigorosos como o raciocínio científico. (MORAES, 2020). Essa questão deve figurar em posição de destaque em qualquer estudo, doravante, sobre as relações internacionais do Brasil. (ALMEIDA, 2008, p. 218).

Albuquerque (2005, p. 115) assevera que o período final da Guerra Fria foi dominado por questões, prenunciando a década de 90, de um lado, os temas econômicos de natureza transnacional que vieram a ser tratados na ótica da “globalização” e, de outro, a emergência dos chamados “novos temas” dos direitos e valores globais. O fim da Guerra Fria e do bipolarismo é um período para o desenvolvimento dos principais argumentos teóricos das Relações Internacionais. Os estados são detentores do poder, na ausência de um governo internacional, os estados vivem em constante discussão em torno da guerra pelo poder. (MENDES, 2019b).

Em cada avanço em um dos campos da nova temática, enfatiza Albuquerque (2005, p. 115), o Brasil foi alvo preferencial de todos os atores envolvidos, sejam os governos, os organismos financeiros internacionais, a comunidade financeira e de investidores, as organizações não governamentais (ONG). O Brasil vem se esforçando e participando desse movimento cultural de aprendizado.

Nenhum estudo a respeito das relações internacionais poderia negligenciar a perspectiva globalizante – e primariamente comparatista – consistindo em pensar sua inserção num sistema internacional cujas bases de funcionamento estão em processo de transformação acelerada.

Consolidação de um corpo literário, onde professores e acadêmicos se envolvam em conjunto formalizando atividades em sala de aula, discutindo experiências e contribuindo assim na aprendizagem em relações internacionais. Os professores e acadêmicos formulam conceitos, exploram ideias, criando conexões entre a abstração teórica e a prática política. (INOUE; VALENÇA, 2017).

Ainda, conforme Almeida (2006, p. 219) não está claro que estrutura de tomada de decisões políticas em nível mundial, e que conformação precisa em termos de sistema hierarquizado terá a ordem emergente atual, que passa a substituir o cenário bipolarizado de outrora.

Em todo caso, essa chamada “nova ordem” não mais consiste de apenas duas superpotências, algumas potências médias e vários Estados emergentes. No século XXI

assistimos China, Rússia, Índia reivindicarem lugares de destaque; o continente africano, também precisa ser ouvido; enquanto isso a América Latina continua sofrendo com conflitos políticos e morais nunca solucionados e sempre agravados, e a União Europeia imersa numa profunda crise existencialista de quem fica ou de quem sai do bloco econômico. (SILVA, 2018).

Os fenômenos de globalização e de regionalização prometem introduzir novas variantes nos modelos até hoje conhecidos do sistema internacional. O cenário histórico, futuro, indica que o estudo das relações internacionais terá de trabalhar, durante um tempo com os conceitos de “Estado periférico” e de “potência média”.

O padrão de relacionamento de um Estado desse tipo com os atores principais do sistema internacional, bem como o peso específico de nações periféricas na estrutura do poder mundial sofrerão mudanças significativas em direção do horizonte.

A área das relações internacionais é relativamente recente no Brasil e vem evoluindo gradativamente, o primeiro curso de graduação aprovado no país foi na Universidade de Brasília (UNB) em 1974. As contribuições em pesquisa na área estão ligadas a História, Economia e Ciência Política. É necessário um esforço dos professores das Relações Internacionais, para o entendimento que os efeitos de decisões realizadas na política exterior de outros países impactam na política econômica exterior de cada país. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

Nesse sentido, uma reflexão comparada sobre as tendências de desenvolvimento dos Estados médios, com base nos elementos de análises disponíveis, poderá contribuir para a melhor compreensão da agenda diplomática de um país-continente como o Brasil. (ALMEIDA, 2008, p. 219).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em todo país do globo terrestre, homens de Estado desenvolvem ideias acerca do modo de conceber o sistema internacional, sua estrutura e funcionamento, a economia internacional, bem como as relações do país com estruturas e conjunturas e com as outras nações. Cerro (2008, p. 16), refere-se a dirigentes, em especial os diplomatas, que desempenham funções relevantes para a formação nacional.

As correntes brasileiras do pensamento político e do pensamento diplomático carregam como legado histórico a identidade pluralista em que nasceu, cresceu e amadureceu a nação, cujo curso profundo repousa sobre substrato étnico-cultural múltiplo. Na esfera das ideias políticas e diplomáticas aplicadas às relações internacionais do país, esse substrato oferece base real, porém os pensadores se alçam com desenvoltura.

Os Estados continuam tomando as decisões fundamentais em política exterior, o elemento do poder e do conflito não desapareceram há uma malha de combinações de caráter estratégico-político e econômico que se demonstra pela flexibilidade do conceito de segurança nacional.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Relações internacionais contemporâneas: a ordem depois da Guerra Fria**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia**. Brasília: LGE Editora, 2006.

CARVALHO, P. N.; ARAUJO, R. P. Prática de pesquisa e ensino de relações internacionais: relatos sobre experiências de pesquisa em comércio internacional. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 1, p. 149-161, 2018.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nwMkT5DfDqSfshWsNhBzhrw/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2020.

DECOL, J.; SILVA, I. C. O processo de teorização em relações internacionais no Brasil: uma análise a partir das produções PUC-RJ e UFRGS. **Revista das Relações Internacionais da UFGD**, v. 8, n. 15, p. 308-335, 2019.

GUIMARÃES, S. P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis, 1997.

INOUE, C. Y. A.; VALENÇA, M. M. Contribuições do aprendizado ativo ao estudo das relações internacionais nas universidades brasileiras. *Meridiano 47 Journal of Global Studies*, v. 18, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/fd3f728f1197faf6b891aee63070cba8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1606381>. Acesso em: 19 jun. 2021.

LEITE, I. C.; GAYARD, N. A. Quatro abordagens sobre interação entre cientistas e estados nas relações internacionais. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, n. 62, p. 85-1001, 2019. Disponível em: [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri62/RI62\\_art07\\_ICLNAG.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri62/RI62_art07_ICLNAG.pdf). Acesso em: 12 mar. 2021.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações internacionais: teoria e relações**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.

MENDES, P. E. O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo anglo-americano e da eurpa continental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 21-53, 2019a. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/89031/54794>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MENDES, P. E. M. As teorias principais das relações internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, v. 61, n. 61, p. 95-122, 2019b. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/334260622\\_As\\_teorias\\_principais\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais\\_Uma\\_avaliacao\\_do\\_progresso\\_da\\_disciplina](https://www.researchgate.net/publication/334260622_As_teorias_principais_das_Relacoes_Internacionais_Uma_avaliacao_do_progresso_da_disciplina). Acesso em: 19 jun. 2021.

MENEZES, A. M.; PENNA FILHO, P. **Integração regional**: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MORAES, G. H. **Avaliação da educação profissional e tecnológica: um campo em Construção**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas\\_da\\_educacao\\_profissional\\_tecnologica/avaliacao\\_da\\_educacao\\_profissional\\_e\\_tecnologica\\_um\\_campo\\_em\\_construcao.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_profissional_tecnologica/avaliacao_da_educacao_profissional_e_tecnologica_um_campo_em_construcao.pdf). Acesso em: 16 jun. 2021.

MIYAMOTO, S. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia Política**, n. 20, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782003000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 jun. 2021.

PECEQUILO, C. S. **Relações internacionais**: o mapa do caminho estudo e prática. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016.

POZZEBON, P. M. G.. **Mínima metodológica**. São Paulo: Alínea, 2004.

SALDANHA, E. **Teoria das relações internacionais**. Curitiba: Juruá, 2005.

SANTOS, A. C. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. rev. conforme NBR 14724:2005. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, D. A. Das relações internacionais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 44, n. 2, p. 397-399, 2018.

# PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

---

*Data de aceite: 10/03/2023*

*Data de submissão: xx/xx/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Advogado (OAB/SC nº 4912). <https://orcid.org.0000-0003396-972X>

### **Dreone Mendes**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

### **Rubens Luis Freiberger**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>

primeiras abordagens idealistas passa-se a uma etapa com maior preocupação em se definir matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas. Nessa conjuntura de desenvolvimento dos estudos que procuram dar inteligibilidade a realidade complexa como é a política internacional, o realismo e o transnacionalismo ou interdependência complexa que se apresentam como alternativas teóricas mais lúcidas, com o pensamento realista centrado nos conflitos interestatais e o transnacionalismo, com sua ênfase na articulação entre as diversas unidades que compõem o sistema. Essas duas escolas de pensamento foram importantes para a compreensão do sistema-mundo. Todavia, os elementos fundamentais levantados pelos realistas continuam tendo validade. Nesse ponto, é preciso analisar as premissas do transnacionalismo, essenciais para a compreensão do processo de mundialização da economia e a interação entre os diversos atores do canteiro internacional. Destarte, as duas linhas de análise podem ser utilizadas para o estudo das Relações Internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Internacionais. Pesquisa. Política

**RESUMO:** A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar um “*status*” epistêmico, uma vez que esta ultrapassou importantes estágios em sua evolução epistemológica. Das

## IN INTERNATIONAL RELATIONS – RELEVANCE TO BRAZIL

**ABSTRACT:** The modern discipline of International Relations in Brazil is moving towards achieving an epistemic status, since it has passed important stages in its epistemological evolution. From the first idealistic approaches we pass to a stage with greater concern in defining coherent and articulated theoretical and methodological matrixes. At this juncture of development of studies that seek to make intelligible the complex reality of international politics, realism and transnationalism or complex interdependence present themselves as more lucid theoretical alternatives, with realist thought centered on interstate conflicts and transnationalism, with its emphasis on the articulation between the various units that make up the system. These two schools of thought have been important in understanding the world-system. However, the fundamental elements raised by the realists are still valid. At this point, it is necessary to analyze the premises of transnationalism, essential to the understanding of the economic globalization process and the interaction between the diverse actors of the international scene. Therefore, both lines of analysis can be used for the study of International Relations.

**KEYWORDS:** International Relations. Search. International Politics.

## INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais é uma ciência criada na segunda década do século XX, nascida no pós-guerra da I Guerra Mundial. Como disciplina de estudo está relacionada à Ciência Social no Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). (MENDES, 2019).

Em 1903, foi fundada a *American Political Science Association* (APSA), autores presumem que os fenômenos e fatos internacionais já vinham sendo estudados, sem o compromisso formal de compartilhar informações sobre o tema. Em 1910, foi criado o *International Conciliation*, pelo canal *Carnegie Endowment for International Peace*. O veículo de comunicação é tido, como um dos primeiros a publicar matérias sobre relações internacionais. (MENDES, 2019). O objetivo do *Carnegie* é auxiliar os países a enfrentar problemas globais e salvaguardar a paz, auxiliando-os a encontrar soluções estratégicas, apoiar a diplomacia mundial e ajudar a treinar futuros diplomatas e acadêmicos internacionais. (CARNEGIE, 2021).

Outros pesquisadores relatam que a primeira publicação sobre relações internacionais aconteceu em 1910, no veículo intitulado *Journal of Race Development*, posteriormente chamado, em 1919, *Journal of International Relations* e finalmente, em 1922, denominado *Foreign Affairs*. (MENDES, 2019). O veículo busca ser um lugar de debates sobre a política

americana e uma gama de problemas (políticos, históricos, econômicos, etc.) mundiais. (FOREIGN AFFAIRS, 2021),

Segundo Mendes (2019), em 1919, surge à primeira cadeira da disciplina de Relações Internacionais na Universidade de Gales, no País de Gales, no Reino Unido. Na mesma época, nasce em 1920, o *Royal Institute of International Affairs* e em 1921, o *Council of Foreign Relations*, respectivamente em Londres e Nova Iorque.

As Relações Internacionais (RI) possuem suas raízes em outras ciências como a História, a Geografia, o Direito, a Economia, a Ciência Política, a Sociologia, entre outras. A ciência RI solidifica-se após a II Guerra Mundial, a partir das mudanças geográficas, políticas, sociais e econômicas, ocasionadas pelo papel dos EUA nas transformações globais e nas permanentes renovações. (MENDES, 2019).

O século XXI apresenta a necessidade e o desafio da atualização da RI com a necessidade da criação de instrumentos e estratégias para analisar a realidade mundial, destaca-se os papéis e a importância dos países do Terceiro Mundo e os países Índia, China, Rússia, África do Sul e Brasil que compõe o *Building Better Global Economic* (BRICS) nas relações internacionais. (PECEQUILO, 2016).

As discordâncias que surgem nas RI entre os países, não podem ser resolvidos mediante decisão de um poder soberano que seja capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz. As pretensas decisões devem ser discutidas com exaurimento, sob o risco dos Estados envolvidos serem obrigados a recorrerem à prova de força, armarem-se uns contra os outros ou, se não puderem confiar só em suas armas, a apoiarem-se nas armas alheias. (LOPES, 2019).

Este conceito das relações internacionais e da sua diferença quanto às relações internas, não é desmentido pela existência de um direito internacional, que muitos juristas consideram um ordenamento originário, plenamente vinculador para quantos lhe estão sujeitos. (BOBBIO *et al*, 1998).

Sendo assim, esse estudo se justifica, pois a produção de conhecimento científico na área se constitui ponto de partida para qualquer investigação sobre o assunto, ao mesmo tempo em que os resultados do trabalho evidenciam a necessidade de conhecer a realidade das Relações Internacionais no Brasil, nas áreas do ensino, da pesquisa e da profissionalização.

O objetivo do estudo consiste em identificar a importância da pesquisa para o aperfeiçoamento das diversas teorias, em especial das Relações Internacionais no Brasil, que tem por intuito a soberania do Estado.

Quanto à Metodologia empregada utilizou-se a pesquisa qualitativa, uma vez que se procura trabalhar com informações que não podem ser diretamente quantificadas, realizando-se um estudo aprofundado sobre o tema em questão, qual sejam as relações internacionais. Conforme Haguette (1997), o método qualitativo fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, enfatiza as especificidades de um fenômeno ou fato social em termos de suas origens e de sua ontologia.

Registra-se que na fase de investigação foi utilizado o método dedutivo, que se caracteriza por inferir, a partir de afirmações gerais estabelecidas pelas teorias científicas anteriores, consequências válidas que se aplicam a casos particulares, ou seja, ao objeto do presente estudo. (POZZEBON, 2004, p. 28). Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as técnicas da pesquisa bibliográfica sistemática.

Conforme Santos (2007, p. 31), as formas mais comuns de coletar informações são: a pesquisa bibliográfica, o levantamento e a pesquisa experimental, que utilizam como fontes a bibliografia, o campo e o laboratório, respectivamente. Pesquisa documental, pesquisa *ex post facto*, pesquisa-ação e estudo de caso, constituem variações importantes daquelas formas fundamentais.

As fontes bibliográficas, os livros (de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc.), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos, etc.), entre outros. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes caracteriza a pesquisa como bibliográfica. Na pesquisa optou-se por utilizar artigos em português, na íntegra, publicados entre 2012 e 2022, em redes sociais *Google Acadêmico* e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos é possível assistir a influência central na sociedade da ciência do Direito e a caracterização da ciência com normas que regulam a vida social, apresenta garantias de soluções para os problemas e conflitos na vida dos cidadãos, o que não seria diferente na sociedade brasileira. (SANTOS, 2018).

Na medida em que a ciência é sempre um “poder fazer”, certo domínio da natureza, ela se liga ao poder que o ser humano possui um sobre o outro. (TARNOWSKI, 2021). A ciência e a tecnologia tiveram uma parte significativa na organização da sociedade contemporânea. Para Fourez (1995, p. 207), o conhecimento é sempre uma representação daquilo que é possível fazer e, por conseguinte, a representação daquilo que poderia ser objeto de uma decisão na sociedade.

Fourez (1995) caracteriza a política a partir das relações entre ciência e ciências sociais, apresentando os conceitos de dois tipos diferentes de política: a científica e a tecnocrático.

A “política científica” é a política capaz de instituir atos, atitudes e decisões políticas com propósito de garantias para o desenvolvimento da ciência. “Os cientistas tendem a considerar desse modo a política científica como uma política que favorece o desenvolvimento da ciência”. (FOUREZ, 1995, p. 208).

Para o autor a política científica é aquela em que as decisões se pautam em, tornando-se determinadas ou legitimadas pela ciência. Sendo assim, quando um partido político fala de uma política científica infere que a política toma decisões utilizando a ciência. Trata-se nesse caso da “política pela ciência”.

A “política tecnocrática” é onde as decisões cabem aos especialistas, assim é importante aos países que adotam o sistema, estudar as relações internacionais. Fourez (1995, p. 208) salienta que na sociedade brasileira o modelo é bastante difundido, pois existe uma tendência a se recorrer aos especialistas na busca de soluções para problemas sobre relações. No modelo tecnocrático, os conhecimentos científicos que determinam as políticas a serem seguidas, consideram as decisões sociopolíticas, graças aos conhecimentos científicos que se supõem neutros, evitando ao máximo as discussões e negociações sociopolíticas.

Dessa forma, Montenegro e Winter (2019) afirmam que muitos países buscam entender as diretrizes das Relações Internacionais (RI), para aplicarem em seus territórios atendendo a adequação das demandas complexas da sociedade internacional. A globalização e as relações nos mercados de negócio trouxeram novos atores sociais ao intrincado jogo de decisões

A importância do estudo do comércio e das finanças internacionais é reconhecida desde o século XVI, na era dos mercantilistas, quando se tornou evidente que, participando do comércio internacional, cada país podia fazer uso dos recursos de uma forma mais eficiente, especializando-se em determinadas atividades mais apropriadas à sua dotação de fatores e obtendo sensíveis economias de escala em sua produção. (ZANNOCHI, 2013).

Conforme entendimento de Foschete (2001, p. 13), como consequência o comércio entre as nações possibilitava um aumento da renda real de cada nação, acarretando uma melhoria de bem-estar entre a população produtiva. Verifica-se ainda, que o comércio internacional criou condições para que as melhorias tecnológicas desenvolvidas em um país fossem compartilhadas por outros países, seja pelo fato, de que vêm embutidas nos

bens de capital importados, seja porque aumentam a eficiência produtiva e a qualidade do produto nos setores de exportação de cada país.

No que diz respeito às orientações disciplinares e escolhas teórico-metodológicas das relações internacionais, Almeida (2006, p. 64) assevera que uma análise sobre essas temáticas são seguidas nos estudos das relações internacionais e de política externa no Brasil. Não sendo possível, ser separada das condições concretas sob as quais trabalham os diferentes autores ao longo das últimas décadas, bem como das temáticas privilegiadas em seus trabalhos.

O autor acrescenta que os anos 1970, correspondem à política do regime militar de afirmação no Brasil, enquanto “potência emergente”, ou como “potência média”, condição que inspirou os primeiros estudos de relações internacionais, ainda em grande medida elaborados por brasilianistas como *Selcher, Perry* ou *Schneider*. O enfoque do multilateralismo, assim como a perspectiva “comparatista” ou “sistêmica”, esta presente em muitos dos trabalhos produzidos naquela época. Os estudos da época eram análise tradicional de cunho jurídico, utilizando metodologia histórico-descritiva com enfoque ecológico ou geopolítico.

Em 1974, criou-se o primeiro Curso de Graduação em Relações Internacionais, posteriormente o de Pós-Graduação, na Universidade de Brasília Até este momento, os assuntos da área eram estudados nas graduações das Ciências Sociais e Econômicas. (CARVALHO *et al.*, 2018).

O Brasil dos anos 80 assiste à crise do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com o aumento dos conflitos diplomáticos com a principal potência aliada, os Estados Unidos da América (EUA), o que inspira a elaboração de digressões acadêmicas sobre questões econômicas, como: dívida externa, informática, patentes, e estudos históricos ou de ciência política, sobre o processo de multilateralização das relações internacionais do Brasil. (ALMEIDA, 2006, p. 65).

Preocupado com o avanço das visões anglo-saxônicas no ensino das RI, o professor Amado Luiz Cervo apresenta as reflexões de *Renouvin* e *Duroselle* a seus alunos. A ideia do professor Cervo foi apresentar conceitos que remetem as forças e sentimentos profundos emanados da coletividade propostos pelos professores franceses e buscando embasar as decisões da política externa do Brasil. No livro *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, o professor tem como objetivo “desmistificar o personalismo das decisões e fatos históricos em regime representativo”. (FRANCESCHINI, 2020, p. 122, *apud* CERVO, 1981).

Desse modo, Almeida (2006) afirma que os trabalhos de geopolítica ou de segurança estratégica, abandonaram o conceito de “reserva de mercado” dos profissionais militares, sendo cada vez mais acessados por um grupo de estudiosos acadêmicos, mesmo os trabalhos de pesquisa não direcionados para publicação comercial. Além dos próprios militares profissionais da ativa e/ou retirados, como Meira Mattos e Cavagnari, o autor ainda destaca outros pesquisadores que se debruçaram sobre temas militares, de segurança e de estratégia, como Héctor *Saint-Pierre*, René *Armand Dreifuss*, Renato *Dagnino*, Domicio Proença Júnior, Clóvis Brigagão, Thomaz Guedes da Costa e *Shiguenoli Miyamoto*.

O segundo livro publicado pelo professor Cervo em 1994, intitulado *O desafio Internacional* apresenta a história das RI no Brasil. O Brasil sempre se preocupou com as relações internacionais, inicialmente apresentando suas decisões pautadas sem teorias, observando apenas as questões políticas, intelectual e diplomática em suas escolhas. Os fundamentos das decisões do Brasil são então definidos pela a autonomia, o nacionalismo e o desenvolvimento. (FRANCESCHINI, 2020).

Nos anos 90, os estudiosos de relações internacionais brasileiros avançam em seus estudos, garantindo o amadurecimento dos sistemas internacional e regional, e sobre a política externa brasileira. O rigor metodológico é o grande diferencial nas diferentes subdisciplinas da área e dos centros de pesquisa. (ALMEIDA, 2006; MONTENEGRO; WINTER 2019).

O pós-guerra Fria e a internacionalização na área do comércio brasileiro impulsionam a autorização para novos cursos de graduação e pós-graduação, nas décadas de 90 e 2000. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

Os brasileiros interessados nas RI frequentavam os cursos ávidos por informações sobre a temática, as oportunidades no mercado de trabalho em organizações internacionais, nas organizações não governamentais, a carreira diplomática, a prestação de assessorias pública ou privada em RI, o comércio exterior e o setor acadêmico/pesquisa. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

As traduções tecnológicas de conhecimentos científicos ampliam a eficácia de vivermos nos mais variados ambientes, mas com isso, não só se modifica as relações do homem com a natureza, colocando-o cada vez mais dependente do uso da ciência e da técnica, como também os torna iminente ao risco de uma catástrofe ecológica. (CUPANI, 2016).

Os métodos adotados pelos especialistas brasileiros, a comparabilidade e a historicidade das análises nos estudos em RI, nos indicam dois grandes blocos metodológicos e tendências analíticas: as correntes sistêmico-estruturais, de um lado, e

a comunidade mais homogênea dos estudos históricos, do outro lado. (VASCONCELOS, 2002).

De acordo, com Vasconcelos (2002, p. 18) o homem tendo dominado o ambiente ecológico, desloca sua atenção para as questões de sobrevivência e para o plano das relações com seus semelhantes. As contribuições da Ciência não têm sido suficientes ou adequadas para afastar da civilização do risco real de sua própria extinção.

Por outro lado, salienta o mesmo autor, que a tradução tecnológica dos conhecimentos pela ciência apresenta novidades, como o conceito da expressão Relações Internacionais como um complexo das relações entre os Estados, ora como ator protagonista denominado “aparelhos” ora como “comunidades”. A distinção da esfera específica e da esfera das relações internas dos Estados pressupõe que:

Tal distinção está, com efeito, associada, mesmo a nível do sentir comum, à ideia de que existem importantes elementos de diferença entre as relações internas e as Relações Internacionais. Isto nos põe, portanto, diante da necessidade preliminar de esclarecer rigorosamente tais diferenças, isto é, de estabelecer um critério qualitativo de distinção das duas esferas de relações. Este critério não poderá fundar-se na diversidade dos atores, ou seja, pôr essencialmente a diferença no fato de que, no contexto das Relações Internacionais, os atores seriam os Estados, enquanto, no das relações internas, os atores seriam os indivíduos e os sujeitos coletivos não estatais, como os partidos, os sindicatos, as empresas, etc. Com efeito, junto com os Estados, possuem também um papel importante nas relações internacionais organismos de índole internacional (ONU, NATO e outros sistemas de alianças internacionais, COMECON, OPEC, etc.), organismos integrativos como as comunidades europeias, grupos de pressão como as empresas multinacionais e as internacionais partidárias e sindicatos, organizações como a OLP e por aí afora. Esse critério também não pode basear-se essencialmente na diferença relativa ao conteúdo, porque, no contexto internacional como no interno, existem relações de conteúdo político, econômico, social, cultural, etc., de caráter cooperativo ou conflituoso e, atendendo só a este aspecto, não se revelam diferenças tão claras e evidentes que possam servir de base a um clarificador critério de distinção. (BOBBIO, 1998, p. 1089).

Assim, em um país as relações internas e internacionais se regulam, as internas ocorrem normalmente com a utilização do diálogo em sincronia de discurso, enquanto a externa nunca está a sombra da utilização da violência e da guerra para defesa do monopólio da autoridade soberana. Há países, que sempre escolhem a segunda opção para resolver seus conflitos internos, estabelecendo a chamada “estabilidade” e nunca saem dela. (ALVES, 2014).

Dessa forma, Cervo (2008) entende que a sistemática dos conceitos reunidos por brasileiros em relação a RI e sua aplicação internacional sobre nosso país, vêm contribuindo sobremaneira no estudo das relações internacionais. Os conceitos individualmente e/ou articulados entre si auxiliam no campo do conhecimento das relações internacionais, além

de aproximar a teoria e a prática, facilitando o desenvolvimento de duas funções no ensino da disciplina: a explicativa e a valorativa.

O mesmo autor, explícita uma crítica à construção de teorias, apresentando na primeira parte do texto de seu cunho “a multiplicação de formulações com o fim de abarcar conjuntos explicativos e conjuntos valorativos diversos”. (CERVO, 2008, p. 13). O estudo e a construção de novas teorias, elaboradas por pesquisadores de um país, estado, nação, etc., deve levar em conta aspectos do território, além de culturais e sociais da população, adotando método pré-determinado, sob o risco de se inviabilizar a teoria, apresentado resultados em decorrência de vieses no estudo.

Os conceitos brasileiros lançam raízes em três segmentos da sociedade: os pensadores da nação, de seu destino e de seu lugar no mundo; os pensadores da vida política e da ação diplomática; enfim, o meio acadêmico e os centros de produção científica que analisam metodicamente a conexão entre o interno e o externo. Já a análise se baseia, no método tradicional com elaboração de teorias dedutivas com fragilidade em todos seus aspectos e no método construtivista com base na observação, com resultados apoiados em métodos históricos percorrendo um caminho entre o concreto - abstrato. (CERVO 2008; CAMPOS, VIGEVANI, 2020).

As democracias modernas e pluralistas, como o Brasil, sofrem o mal do discurso ideológico. Frases incompletas e inconclusivas, chavões verborrágico, palavras interpretadas erroneamente, muitas vezes utilizadas na transmissão de ideias em um discurso de mão única, é uma forma de poder e de difusão de comportamentos que nasce sem berço. (LAFER, 2018).

Na atual política do século XXI, no Mundo Contemporâneo, os discursos se sucedem, inclusive nas Relações Internacionais para justificar a realização de arbitrariedades contra seus semelhantes e parceiros econômicos, entre intelectuais que habitam sociedades complexas. Outros acionam o “*modus* avestruz ou política avestruz”, não fui eu ou não foi comigo, escondendo a cabeça na areia. Uma série de governantes opta pelo diálogo e sua postura intelectual faz assumir o papel de negociador. (LAFER, 2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo país do globo terrestre, governantes desenvolvem o modelo de estratégias ideias do sistema internacional para negociação e funcionamento, bem como devem acontecer as relações do país com estruturas e conjunturas das demais nações. Para Cervo (2008), formalmente, o representante para negociar em nome de uma nação são os

diplomatas, intelectuais formalmente moldados dentro do sistema educacional das relações internacionais do país, com objetivo de desempenhar as funções a eles designadas.

As correntes brasileiras do pensamento político e do pensamento diplomático carregam como legado histórico a identidade pluralista em que nasceu, cresceu e amadureceu enquanto nação. O Brasil, apresenta uma estrutura de substrato étnico-cultural múltiplo, as ideias políticas e a diplomacia brasileira aplicada às relações internacionais, encontram-se justificadas nessa multiplicidade cultural, o substrato oferece base real para transitar com desenvoltura em vários aspectos.

A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar *status* científico, observado, a partir de intelectuais e pesquisadores, que constata a ultrapassagem de vários estágios em sua evolução epistemológica. Das primeiras abordagens idealistas, passa-se a uma etapa com maior preocupação a de definição das matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil**: um diálogo entre a diplomacia e a academia. Brasília: LGE Editora, 2006.

ALVES, B. S. F. **Por uma teoria crítica das relações internacionais**: as contribuições de *Jürgen Habermas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126231/ISBN9788579836008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BOBBIO, N.; MATTUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CAMPOS, A. S. S.; VIGEVANI, T. Discutindo conceitos para uma escola brasileira de relações internacionais: um debate epistemológico - Audrey Alejandro e as formulações de Amado Cervo. **Intelligere**, v. 10, p. 91-110. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2020.178403>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARNEGIE - *Carnegie Endowment for International Peace. About Carnegie*. **carnegieendowment.org**, Washington, 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/>

CARVALHO, P. N.; GONÇALVES, C. N. I.; ARAÚJO, R. P. Prática de pesquisa e ensino de relações internacionais: relatos sobre experiência de pesquisa em comércio internacional. **PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 1, p. 149-161, 2018.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292008000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 29 jul. 2009.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 3. ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 2016.

FRANSCECHINI, A. História das relações internacionais o Brasil: uma aventura metodológica. **Inteligere, Revista de História Intelectual**, n. 10, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistainteligere/article/view/177178/167381>

FOREIGN AFFAIRS. About Foreign Affairs. **foreignaffairs.com**, Nova Iorque, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/about-foreign-affairs>

FOSCHETE, M. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e a ética das ciências. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAFER, C. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação. Brasília : FUNAG, 2018.

LOPES, Y. C. Final londrina em *Baku*. **internacionaldaamazonia**, Manaus, 2019. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2019/05/11/final-londrina-em-baku/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MENDES, P. E. O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo Anglo-Americana e da Europa Continental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 20-53, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/89031/54794>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MONTENEGRO, J.; WINTER, L. A. C. Atuação internacional dos atores subnacionais: desafios e tendência no contexto brasileiro. **IUS Gentium**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/489>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PECEQUILO, C. S. **Teoria das relações internacionais**: o mapa do caminho: estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

POZZEBON, P. M. G. **Mínima metodológica**. São Paulo: Alínea, 2004.

SANTOS, A. C. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Vitor Veloso e Barros. **As relações internacionais e a busca pela harmonização dos conflitos de normas entre Estados**: questões históricas do direito e da Convenção de Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. 2018. Monografia (Especialista em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TARNOWSKI, K. S.; LAWALL, I. T.; DEVEGILI, K. L. O alinhamento da alfabetização científica e tecnológica com a base nacional comum curricular. **REVISTA DYNAMIS**, v. 27, n. 2, p. 117-135, 2021.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papyrus, 2002.

ZANOCCHI, José Maria Mcall. **A proteção do meio ambiente no comércio internacional:** compatibilização de políticas públicas com o direito internacional. 2013. Mestrado (Dissertação em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal doCeará, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12833/1/2013\\_dis\\_jmmzanocchi.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12833/1/2013_dis_jmmzanocchi.pdf). Acesso em: 20 fev. 2022.

## CAPÍTULO 4

# TEORIA GERAL DE SISTEMAS – RELEVÂNCIA NA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

---

*Data de aceite: 10/03/2023*

*Data de submissão: xx/xx/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC.

Mestre em Relações Internacionais.

Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

### **Rubens Luís Freiberger**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>

### **Dreone Mendes**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

Leandro Chiarello de Souza

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Sociedade e Desenvolvimento da Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP.

**RESUMO:** Bertalanffy desenvolveu uma teoria de princípios universais, focalizando isomorfismos, isto é, propriedades gerais que aparecem em diferentes disciplinas científicas. Destarte, identificando a interação como o problema central em todos os campos da ciência, o conceito fundamental da investigação científica seria o de “sistema” e essa teoria interdisciplinar seria uma “teoria geral para os sistemas”. Dentre as diversas áreas a que a Teoria Geral dos Sistemas seria aplicável, estão a embriologia, o sistema nervoso, a cognição, a psicologia, a ecologia, a economia, as ciências sociológicas, a organização administrativa, os processos de urbanização, os negócios, o governo, as políticas internacionais, entre outras. Este paradigma ocupa papel relevante, não apenas em âmbito epistemológico, mas também em atividades funcionais da sociedade moderna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iniciação. Construto. Teoria Geral de Sistemas.

## GENERAL SYSTEMS THEORY - RELEVANCE IN INFORMATION TECHNOLOGY

**ABSTRACT:** Bertalanffy developed a theory of universal principles, focusing on isomorphisms, that is, general properties that appear in different scientific disciplines. Thus, identifying interaction as the central problem in all fields of science, the fundamental concept of scientific investigation would be that of “system” and this interdisciplinary theory would be a “general theory for systems”. Among the various areas to which the General Systems Theory would be applicable are embryology, the nervous system, cognition, psychology, ecology, economics, sociological sciences, administrative organization, urbanization processes, business, government, international policies, among others. This paradigm occupies a relevant role, not only in the epistemological scope, but also in the functional activities of modern society.

**KEYWORDS:** Initiation. Construct. General Systems. Theory.

### INTRODUÇÃO

A teoria dos sistemas tem seu fundamento situado no livro intitulado de *Teoria geral dos sistemas*, publicado em 1968 pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy. De acordo com o magistério da lavra Muniz e Faria (2001), esse biólogo apresentou uma visão da realidade que transcende os problemas tecnológicos, exigindo uma reorientação das diversas ciências, desde a física até as ciências sociais. O biólogo trata de elaborar os princípios da teoria dos sistemas, os quais estão voltados para a física, a biologia ou sociologia, além de modelos gerais para qualquer das ciências envolvidas.

Muniz e Faria (2001) entendem que a teoria de sistemas exibe cariz interdisciplinar e a prova do isomorfismo (similaridades estruturais), nas várias ciências. Ela também possibilitou o preenchimento do vazio entre as diversas ciências, visto que há sistemas que não podem ser entendidos pela investigação separada e disciplinar de cada uma de suas partes. Somente o todo permite que se dê uma explicação.

Em relação ao trabalho desenvolvido por Bertalanffy, Vasconcelos (2002, p. 27) escreve:

Tendo estudado as peculiaridades dos fenômenos biológicos e suas diferenças em relação aos fenômenos físicos, propôs-se a identificar os princípios gerais do funcionamento de todos os sistemas. Sua teoria geral dos sistemas seria uma disciplina formal, aplicável às várias ciências empíricas, transcendendo fronteiras disciplinares.

[...] mais de trinta anos depois, o substantivo “sistema” e o adjetivo “sistêmico” tem sido uso muito frequente entre nós, aparecendo em diversas expressões.

Destarte, tem-se que Bertalanffy, reconhecendo as diferenças no nível de elaboração alcançado nas leis físicas, biológicas e da sociedade humana, apontou a necessidade de novas categorias e pensamento científico, mais amplas, de forma que uma ciência rigorosa pudesse abarcar também a biologia e a sociologia. Ele postulou que a termodinâmica clássica, que lida com sistemas em equilíbrio ou próximos dele, necessitaria ser complementada por uma nova termodinâmica que abarcasse também os sistemas abertos que se mantêm afastados do equilíbrio.

## DESENVOLVIMENTO

O objeto proposto para essa teoria foi uma formulação de princípios válidos para os sistemas em geral, independentemente das entidades que os constituam. Portanto, não mais sealaria em entidades físicas, químicas, ou outras, passando-se a falar das totalidades que essas entidades constituem, da organização desses sistemas. (VASCONCELOS, 2002).

De acordo com Vasconcelos (2002, p. 196):

A Teoria Geral dos Sistemas visou a uma unidade da ciência, ou uma unificação dos conhecimentos, que nos permitiria perceber um grande plano ou estrutura no que, de outro modo, se os apresenta como especialidades distintas e divergentes.

No entanto, Bertalanffy (*apud* VASCONCELOS, 2002) salienta que se trata de uma unidade da ciência pautada na isomorfia de leis em diversos campos, tornando-se, desse modo, desnecessária a descoberta dos mesmos princípios ou leis em diversos campos isolados. Mas não se trata de redução de fenômenos, de transferências de conceitos, de semelhanças superficiais entre fenômenos, de analogias vagas de um campo para outro. O isomorfismo se estende para além disso.

Assim, para a unificação de uma nova ciência direcionada para um mundo dinâmico e pautada no conceito de interação, essa teoria representaria o que a lógica clássica teria representado para a ciência, direcionada para um mundo estático e fundada na classificação.

Bertalanffy (*apud* VASCONCELOS, 2002) não recusa, entretanto, todos os pressupostos e princípios da ciência tradicional. Ele recusa, por exemplo, explicações baseadas em acontecimentos casuais, preconizando a busca de regularidades e repetições. Ademais, mantém o pressuposto da objetividade, inerente a ciência tradicional, admitindo a existência de uma realidade independente do observador.

Todavia, a concepção de sistema e o reconhecimento das interações limitam, em parte, a aplicação dos procedimentos analíticos na ciência, pois os sistemas não são

inteligíveis por intermédio da investigação de suas partes isoladamente. O que assegura a coesão do sistema como um todo são as relações, as quais conferem um caráter de totalidade ou globalidade, uma das características definidoras do sistema.

Na Teoria Geral dos Sistemas, afirma Vasconcelos (2002), entende-se que o comportamento do todo é mais complexo do que a soma dos comportamentos das partes. Com isso, tem-se que os acontecimentos implicam mais do que unicamente das decisões e ações individuais. As unidades individuais ou membros do sistema existem em relações e o sistema impõe coerções sobre o comportamento das partes.

Ainda em relação à interação entre os elementos de um sistema, Vasconcelos (2002, p. 200) acrescenta:

[...] os graus de liberdade para o comportamento de cada elemento são restringidos pelo fato de ele integrar um sistema. [...]

A concepção de interdependência entre todos os elementos de um sistema traz consigo noções sobre o modo como esses elementos se influenciam uns aos outros. Surgem as noções de *não-unilateralidade* ou *bidirecionalidade*: as influências não são unilaterais, não vão apenas de A para B, mas também de B para A.

A existência de tipo de influência bidirecional foi denominada também de *circularidade*, ou de causalidade circular, e a *circularidade* é então destacada como uma propriedade dos sistemas em geral.

Os sistemas podem abranger um número infinito de estruturas que fazem parte do mundo real, dispostas em partes que estão coordenadas, visando uma organização. Dessa forma, tem-se que os sistemas podem ser naturais como os organismos vivos, ou elaborados, como as organizações sociais. Podem também ser sistemas públicos, como a administração pública, ou privados, como a maior parte das empresas.

Os sistemas podem ainda ser abrangentes, como os sistemas que integram e transcendem diversos domínios, ou encontrados de modo isolado. (MARTINELLI e VENTURA, 2006).

De acordo com Muniz e Faria (2001), os sistemas podem ser classificados em conformidade com suas características básicas;

a) Quanto a sua constituição:

- Físicos ou concretos: são formados por equipamentos, maquinaria e objetos ou coisas reais. Descritos em termos quantitativos de desempenho;
- Abstratos ou conceituais: quando são compostos de conceitos, planos, hipóteses e idéias.

b) Quanto a sua natureza:

- Fechados: são os sistemas que não apresentam intercâmbio com o meio ambiente que os circunda, visto que são herméticos a qualquer influência ambiental (máquinas);
- Abertos: são os que apresentam relações de troca com o ambiente, por intermédio de entradas e saídas. São eminentemente adaptativos, pois necessitam ajustar-se constantemente às condições do meio para sobreviver. A adaptabilidade é um contínuo processo de aprendizagem e de auto-organização.

Um sistema fechado, afirma Morin (2005), está em estado de equilíbrio, ou seja, as trocas de matéria/energia com o exterior são nulas. Como exemplos de sistemas fechados, pode-se citar uma pedra ou uma mesa.

Em relação aos sistemas abertos, Morin (2005) escreve que este se situa na origem de uma noção termodinâmica. São sistemas abertos os sistemas físicos e, sobretudo, os sistemas vivos, como sistemas cuja existência e estrutura dependem de uma alimentação externa, e no caso dos sistemas vivos, não somente em termos materiais e energéticos, mas também organizacional e informacionalmente. Isso significa que um aporte está constituída entre a termodinâmica e a ciência da vida e que se desencadeia uma nova idéia, oposta às noções físicas de equilíbrio/desequilíbrio, e que está além de uma e de outra, num certo sentido contendo a ambas.

Prevalece, no sistema aberto, um desequilíbrio no fluxo energético, que os alimenta, e sem este fluxo, haveria desordem organizacional levando rapidamente ao definhamento. Num primeiro sentido, o desequilíbrio alimentador possibilita ao sistema se manter em aparente equilíbrio, ou seja, em estado de estabilidade e de continuidade. Este aparente equilíbrio somente se degradará se for deixado entregue a si mesmo, isto é, caso se dê o fechamento do sistema.

A noção de sistema aberto apresenta duas consequências básicas: a primeira é que as leis de organização a vida não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio, recuperado ou compensado, de dinamismo estabilizado; a segunda delas diz respeito ao fato de que a inteligibilidade do sistema deve ser encontrada não somente no próprio sistema, mas também na sua relação com o meio ambiente, e que esta relação não é uma simples dependência, ela é constitutiva do sistema. (MORIN, 2005).

Morin (2005, p. 22) afirma que a “realidade está, desde então, tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e seu meio ambiente”. Esse elo constitui-se como algo crucial seja no plano epistemológico, metodológico, teórico ou empírico. O sistema somente pode ser compreendido se nele se inclui o meio ambiente, que lhe é ao mesmo tempo íntimo e estranho e o integra sendo ao mesmo tempo exterior a ele.

É difícil estudar os sistemas abertos como entidades radicalmente isoláveis. Tanto teórica quanto empiricamente, o conceito de sistema aberto abre a porta a uma teoria da evolução, que somente pode provir das interações entre sistema e ecossistema e que, em seus saltos organizacionais mais admiráveis, pode ser concebida como a superação do sistema por um metassistema. (MORIN, 2005).

Martinelli e Ventura (2006) afirmam que os sistemas abertos estão sujeitos à influência externa e são vulneráveis a perturbações provenientes do ambiente. Tendo em vista à perenidade, os sistemas abertos possuem mecanismos de regulação que lhes possibilitam manter o equilíbrio interno a despeito das turbulências ambientais. Esses mecanismos são o domínio de estudo da cibernética.

O termo “cibernética” deriva da palavra grega *kybernetes*. Entre os gregos, servia para designar aquele saber que possibilita ao piloto conduzir de modo adequado sua embarcação – a técnica da pilotagem. Posteriormente, Platão enriqueceu seu significado empregando-a para indicar a atividade de reger, não somente o rumo dos barcos, mas o destino dos homens numa sociedade – a arte de governar. (MARTINELLI; VENTURA, 2006).

De sua parte, Nobert Wiener foi responsável por resgatar o termo e lhe conferir um *status* mais acadêmico ao empregá-lo para designar o domínio da teoria da comunicação e do controle, seja na máquina ou no animal. Depois, o termo foi adaptado por Bier para que pudesse ser utilizado no domínio da administração de organizações. (MARTINELLI; VENTURA, 2006).

De modo geral, na atualidade, pode-se dizer que a cibernética tem sua preocupação central situada nos mecanismos que possibilitam aos sistemas manter o seu equilíbrio interno, ou homeostase, e continuar sua existência diante dos desafios impostos pelo ambiente.

De acordo com Martinelli e Ventura (2006, p. 24):

Os sistemas funcionam bem quando certas variáveis internas se mantêm próximas de condições ideais. Por isso, certos estados internos ao sistema, quando podem ser acessados e medidos, proveem informações que possibilitam diagnósticos acerca das condições do sistema. A saúde do corpo humano, por exemplo, pode ser diagnosticada pela obtenção de medidas da temperatura, da pressão arterial, da concentração de certas substâncias no sangue etc. Algumas dessas variáveis precisam ser mantidas dentro de limites muito bem definidos. O contrário é sintoma de alguma anomalia que está comprometendo a saúde do sistema ou, em casos extremos, até mesmo ameaçando a sua existência.

Há sistemas que contêm uma capacidade de aprendizado. Segundo Martinelli e Ventura (2006), esses sistemas exibem a capacidade de se adaptar a condições as mais

diversas às quais possam ser expostas. Assim, os sistemas se adaptam para que possam se manter sob controle mesmo diante de grandes mudanças no ambiente.

A adaptação pode ocorrer em níveis diversos, asseguram Martinelli e Ventura (2006, p. 27):

Na sua manifestação mais simples, por meio de algum processo de aprendizagem, o sistema consegue redefinir as referências para seus mecanismos internos de regulação. O sistema de aprendizagem, nesse caso, é responsável por sondar o ambiente e, em face de mudança nas condições externas, mudar as referências dos reguladores internos. É assim que algumas máquinas dotadas de controle adaptativo conseguem evitar o colapso dos seus reguladores.

Numa manifestação um pouco mais sofisticada, os seres dotados de inteligência, por possuírem uma elevada capacidade de memória e raciocínio, conseguem apreender, reter e comunicar um grande volume de informações.

A ideia de organização tem uso significativamente amplo na Teoria Geral dos Sistemas. Bertalanffy propõe inclusive a concepção do mundo como organização. Ele concebe o mundo como uma enorme ordem hierárquica de entidades organizadas, numa superposição de muitos níveis, indo dos sistemas físicos e químicos aos biológicos e sociológicos pelas uniformidades estruturais dos diferentes níveis da realidade. (VASCONCELOS, 2002).

A partir dessa concepção, tem-se que a Teoria Geral dos Sistemas teve uma ampla aplicação no âmbito das organizações empresariais. Muniz e Faria (2001) argumentam que uma organização depende do objetivo e quem tem o objetivo é a organização como um todo. Os objetivos sempre estarão situados fora do sistema e, portanto, a primeira atividade do administrador de sistemas compreende o planejamento estratégico.

Para Martinelli e Ventura (2006), na administração do sistema estão incluídas as funções de planejamento e de controle. O planejamento engloba todos os aspectos encontrados no sistema: seus objetivos, suas metas, o ambiente, o uso dos recursos e os componentes e atividades.

O controle envolve o exame e a execução dos planos e o planejamento das mudanças. Os administradores do sistema necessitam verificar se os planos estão sendo executados em conformidade com os objetivos que foram estabelecidos, pois, caso não estejam, é preciso encontrar o motivo.

As organizações são também formadas por um processo biológico que compreende o envelhecimento e a perda da sinergia. Toda a organização se desorganiza, o que pode ser entendido pelo princípio da entropia. Assim como o homem busca, de forma constante,

estratégias (recursos) para sobreviver, também a organização busca seus recursos para o desenvolvimento, crescimento e sobrevivência. (MUNIZ; FARIA, 2001).

Na tipologia de sistemas organizacionais, cabe destacar os sistemas mecânicos e organísmicos.

O primeiro deles é adequado a condições relativamente estáveis, sendo que os problemas e as tarefas da gerência são decompostos em especialismos, cabendo a cada indivíduo tarefas definidas com precisão. Ênfatiza-se a comunicação vertical e a interação, além de se insistir em lealdade organizacional e obediência aos superiores.

O sistema organísmico é adequado a condições instáveis, quando emergem continuamente problemas novos e não familiares, que não podem ser decompostos e distribuídos entre os papéis especialistas existentes. Há permanente ajustamento e redefinição das tarefas individuais, enfatizando-se a natureza contributiva, as interações e as comunicações que podem ocorrer em qualquer nível. (MUNIZ; FARIA, 2001).

Outra dimensão relevante consiste nos impactos que a Tecnologia da Informação (TI) vem provocando nos aspectos organizacionais, referentes aos critérios de desempenho e ganho financeiros, desencadeiam alto grau de importância para a efetivação de seus negócios. A tecnologia da informação recebe intenso impacto do pensamento sistêmico.

Com a implantação da TI, o gestor tem em suas mãos meios de organizar uma boa gestão estratégica, via construção de projetos que fortalecem suas decisões, conduzindo a empresa a um cenário de grande sucesso. Também, é com a TI que traçamos metas e coletamos informações capazes de indicar se o caminho está sendo trilhado conforme o planejado.

Vale lembrar, que é de suma importância fazer com frequência a atualização do sistema de informação, inovando e ajustando dados, evitando retrabalho ou até mesmo ataque por *hackers*.

Outrossim, mostra-se que o mercado de capital está cada vez mais complexo, exigindo de seus executores maior complexidade e dedicação. Por conta disso, os dias atuais em exigindo dos gestores uma apurada visão do mercado e, também, agilidade na proposição e adequação das suas estratégias.

Por conta disso, é que a Tecnologia da Informação (TI) possuem todas as ferramentas necessárias para a classificação dos dados e sua transformação em informação, que quando analisadas geram o conhecimento necessário para a atuação no mercado de extrema concorrência.

Essa afirmação é defendida por Yong (1992), ao apontar que nos países desenvolvidos, a TI é vista como um dos requisitos elementares para o sucesso empresarial, sustentando a sua sobrevivência e, também, o aumento considerável de sua competitividade.

Assim, mostra-se que o uso da TI ligado as redes de estratégias da empresa conferem o aperfeiçoamento dos aspectos essenciais para o seu bom funcionamento, que são a sua eficiência, o modo operacional, relacionamento com o cliente e desenvolvimento de produtos e serviços.

Deste modo, frente a todos os desafios da complexidade contemporânea que o mercado vem enfrentando, é de suma importância que as empresas façam seus planejamentos em torno de metas a serem cumpridas, visando sempre a busca pelo sucesso. A comunicação com o seu público é peça elementar para a divulgação de seus trabalhos.

Conforme descrevem Rezende e Abreu (2003), um Sistema de Informação (SI) eficiente pode ter um grande impacto na estratégia corporativa e no sucesso da empresa. Esse impacto pode beneficiar a organização, os clientes e/ou usuários e qualquer indivíduo ou grupo que interagir com esse formato.

Não obstante, mostra-se que na área de Relações Públicas, a estratégia é indispensável para a garantia da qualidade do relacionamento da organização com seus públicos e para a criação de valores a serem incorporados pelos funcionários, clientes, fornecedores e acionistas, que resultem, entre outras vantagens, na maximização de seus negócios.

O papel da empresa é de servir como *background*, isto é, como um conjunto de contextos e referências, conectando seus colaboradores (empregados, acionistas, consumidores) de maneira mais profunda, permanente, sólida e geradora de confiança, diferentemente, de fazê-los apenas acreditar em um mero discurso ou cultura empresarial. (UGARTE, 2008, p. 65).

Porém, a dificuldade de gerenciar, de criar hábitos, gerir mudanças ou até mesmo de otimização, para alguns indivíduos, se torna algo temeroso. O medo, a angústia pelo novo, gera insegurança e até mesmo desconforto. Porém, no mundo empresarial, mudanças são necessárias, a fim de atender os anseios atual do mercado competitivo.

Vale lembrar que, com a facilidade de acesso aos sistemas de informatização, hoje as organizações não precisam estudar a fundo o perfil de cada cliente, gastando com pesquisas e ações pesadas de *marketing*. Com a disponibilização e o acesso fácil ao uso da *internet*, é possível acompanhar o que cada consumidor busca e as suas preferências com a utilização de menos recursos.

Para Graeml (1999), a inovação tecnológica já é presente nas mais diversas áreas do mundo empresarial. A TI é a área responsável fornecer suporte para a gestão estratégica dos dados e informações, ajudando no controle interno das atividades e automatizando uma série de operações que são realizadas diariamente.

Assim, verifica-se que com as informações elencadas, a equipe de estratégia terá todos os instrumentos necessários para colocar em prática os seus objetivos e fortalecer o contato com os clientes. Por tanto, contar com o suporte técnico, tanto em termos de instrumentos e ferramentas, quanto de recursos humanos, é uma forma de ter em mãos o correto monitoramento de todas as iniciativas viáveis para o bom funcionamento da empresa em tempo real.

No quesito custos e benefícios, não podemos deixar de acrescentar que, com essa poderosa ferramenta, ao se implementar *softwares* ou programas que ajudam nas tarefas, os resultados serão os mais satisfatórios possíveis. Deste modo, os processos serão executados com maior agilidade, promovendo um aumento expressivo da produtividade, diminuindo gastos, reduzindo erros e ineficiências por meio da eliminação do retrabalho. Lembrando, que a avaliação deve ocorrer em todas as etapas o processo.

Assim, mostra-se que a gestão de TI pode gerar novas oportunidades para tornar a execução das tarefas mais dinâmica, fácil e rápida. Armazenar e gerenciar informações de fornecedores e clientes, bem como controlar o acesso a elas, são alguns exemplos de operações que podem ser automatizadas com a ajuda de um programa específico para isso.

Esse entendimento é defendido por Oliveira (1998), quando expõe que as empresas possuidoras de tecnologias de ponta na elaboração e execução de suas atividades, automaticamente, sairão na frente de seus concorrentes.

Para o autor, a eficiência é traçada por meio de seus custos e o valor do benefício derivado de seu uso. Assim, ao obter todas as informações necessárias, a sua distribuição com seus pares terá sucesso em sua execução.

Do mesmo modo, Gonçalves (1993), destaca as novas ferramentas disponibilizadas no mercado atual, através das TIs, são idealizadas como sendo, um elemento basilar e fundamental para que se possa criar mudanças necessárias em uma empresa. Segundo o autor, as mudanças não se voltam apenas para a produção de bens e serviços, mas, também, para incentivar a idealização de novos processos e outros meios que podem ajudar na sua complementação e alcance de resultados positivos.

E, em se tratado de estratégias para as empresas, Zuboff (1994) afirma que a complementação de TI, é fundamental e necessária para compor uma nova infraestrutura

para o fortalecimento de várias atividades produtivas e comunicativas, que, deve ser considerada, algo vital para a vida organizacional

Deste modo, com a implementação da TI na execução das estratégias nas empresas, é possível mitigar os problemas de comunicação, promovendo a agilidade necessária para disseminação das estratégias.

A TI nas empresas pode garantir transparência nas informações benéficas para todas as empresas, que almejam crescimento contínuo e perpetuação no mercado.

Deste modo, mostra-se que a implantação das Tecnologias de Informação na execução das estratégias da empresa é vital, visando sempre o alcance de seus benefícios e o sucesso empresarial. Porém, não podemos deixar de acrescentar que, a organização ao fazer o seu uso, não basta apenas usufruir de seus valiosos instrumentos se não souber aproveitá-los em benefícios próprios.

Assim, é primordial que seja utilizada de forma estratégica, com o aprimoramento de seus processos e produtos. O emprego da alta tecnologia não garante a vantagem competitiva sem organização.

Nas lições desenhadas por Fourez (1995, p. 207), o autor descreve que “o conhecimento é sempre uma representação daquilo que é possível fazer e, por conseguinte, a representação daquilo que poderia ser objeto de uma decisão na sociedade”.

A concepção sistêmica de organização está centralizada na tomada das decisões necessária à realização dos objetivos de forma eficaz. Para tal, ela deve ser planejada de forma a facilitar a tomada de decisões. Como as decisões dependem das informações e estas das comunicações, conclui-se que a organização é construída a partir da análise das necessidades de informações e das redes de comunicações. (MEIRELES; PAIXÃO, 2003, p. 163).

Portanto, é necessário a efetivação de estratégias, de modo a inserir e/ou manter a empresa em uma posição favorável em relação às demais empresas. Também, mostra-se primordial, que o uso das TIs contribua com os objetivos em prol de sua efetiva atuação e sucesso em seus empreendimentos, obtendo vantagens competitivas no mundo dos negócios, visando sempre um bom alinhamento estratégico.

Assim, ao fazer bom proveito das TIs, a informação chegará na hora certa e no formato adequado, mostrando oportunidades de negócios e/ou ameaças, levando os executivos de tecnologia das empresas a tomar decisões importantes e acertadas para o sucesso das empresas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações são, em geral, concebidas como sistemas abertos, afetados por mudanças em seus ambientes, denominadas de variáveis externas. De acordo com Muniz e Faria (2001), o ambiente é potencialmente sem fronteiras e inclui variáveis desconhecidas e incontroladas; e o comportamento humano nunca é totalmente previsível.

Muniz e Faria (2001, p. 240) assim concebem a organização:

A organização é um sistema social com partes independentes e inter-relacionadas. Como um sistema, está continuamente submetida a mudança dinâmica, requerendo um balanço. Os membros de uma organização de trabalho são simultaneamente membros de muitos outros grupos, competidores entre si ou que mantém lealdade complementar. Sua posição de poder dentro das organizações depende muito de suas relações com tais grupos.

A interdependência das partes significa que uma organização não é um sistema mecânico, no qual uma das partes pode ser mudada sem um efeito concomitante sobre as outras partes.

Devido à diferenciação das partes provocada pela divisão do trabalho, as partes precisam ser coordenadas através de meios de integração e de controle.

As interações internas e externas do sistema se constituem como um reflexo dos diversos escalões de controle e de autonomia. Uma variedade de subsistemas deve cumprir a função do sistema e suas atividades necessitam ser coordenadas.

Segundo Muniz e Faria (2001), as fronteiras ou limites de um sistema compreende a linha que serve para demarcar o que se encontra dentro e o que está fora do sistema.

As fronteiras são linhas de demarcação que podem deixar passar maior ou menor intercâmbio com o ambiente. O grau de abertura de um sistema em relação ao ambiente será definido por meio da permeabilidade das fronteiras.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
- ANGELONI, M. T. (coor.) **Organizações do conhecimento**: infra-estrutura, pessoas e tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ALMEIDA, L. G. **Qualidade**: introdução a um processo de melhoria. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.
- ANTUNES, M. T. P. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BACHELARD, G. **Le matérialisme rationnel**. Paris: PUF, 1949.

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (org.) **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 2 ed. São Paulo: Córtext, 2000.

BAUER, R. **Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1999.

BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V. **Introdução à engenharia**. 6 ed. Florianópolis: UFSC, 2003.

BEAL, A. **Gestão Estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

BOCLIN, R. **Avaliação institucional: quem acredita**. Rio de Janeiro: Espaço do Saber, 2005.

BRASIL. **Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Disponível em: [https://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm). Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Comissão nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 7.200/2006**. Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.abmes.org.br/Textos/Manuais/Reforma\\_Universitaria/PL\\_7200\\_com\\_EMPs.pdf](http://www.abmes.org.br/Textos/Manuais/Reforma_Universitaria/PL_7200_com_EMPs.pdf). Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma da educação superior**. 2022. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/reforma>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRAVO, I. **Gestão de qualidade em tempos de mudanças**. São Paulo: Alínea, 2003.

CABRAL, Á.; NICK, E. **Dicionário técnico de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CARBONE, P. P. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CORRÊA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações de satisfação dos clientes**. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: RISTOFF, D. **Avaliação participativa: perspectivas e desafios**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

DREBTCHINSKY, J. **Implementação de sistemas de qualidade**. São Paulo: Saraiva, 1996.

DRUMMOND, H. **Movimento pela qualidade**. São Paulo: Litera Mundi, 1998.

- DUARTE, G. **Dicionário de administração**. Fortaleza: CRA/SE, 2005.
- FAVERO, M. L. A. **Universidade e poder**. 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000.
- FELIX, W. **Introdução à gestão da informação**. Campinas: Alínea, 2003.
- GIANESI, I. G. N.; CORRÊA, H. L. **Administração estratégica de serviços**: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GIL, A. L. **Auditoria da qualidade**: auditoria, qualidade e fraudes. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GLEISER, I. **Caos e complexidade**: a evolução do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- HAHN, H.; NEURATH, O.; CARNAP, R. A concepção científica do mundo: o Círculo de Viena. In **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, n 10, p. 5-20, 1986.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, [s/d].
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- KAPLAN, R. S. Balanced scorecard. **HSM Management**, v. 11, p. 120-126, 1998. Entrevista concedida a Mercedes Reincke e Andrea Cajaraville.
- KAPLAN, R. S. Dos custos à performance. **HSM Management**, v. 13, p. 6-11, 1999. Entrevista concedida a José Salibi Neto.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **Mapas estratégicos**: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- LARA, C. R. D. **A atual gestão do conhecimento**: a importância de avaliar e identificar o capital humano nas organizações. São Paulo: Nobel, 2004.
- LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços**: conceitos, exercícios e casos práticos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- LEITE, D. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

- LEITE, J. B. D.; PORSE, M. C. S. Competição baseada em competências e aprendizagem organizacional: em busca da vantagem competitiva. In RUAS, Roberto Lima. **Aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- LOPES, A. D. A avaliação institucional integrada ao planejamento estratégico de universidades: um estudo de aplicação na UFRGS. In **Avaliação institucional e o ensino superior**: estudos de casos. Rio Grande do Sul: Sagra Luzzatto, 2001.
- MAÑAS, A. V.. Inovação e competitividade: um enfoque na qualidade. In: OLIVEIRA, O. J. (org.). **Gestão de qualidade**: tópicos avançados. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MARTINELLI, Dante Pinheiro; VENTURA, Carla Aparecida Arena. **Visão sistêmica e administração**: conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MELO, L. E. V. **Gestão do conhecimento** conceitos e aplicações. São Paulo: Érica, 2003.
- MELO, P. A.; SILVEIRA, A. Autonomia universitária: concepções e realidades. In: BROTTI, M. G. (org.). A gestão universitária em debate. Florianópolis: Insular, 2000.
- MENDES, S. P. **Gestão do conhecimento individual**. Florianópolis: Visual Books, 2005.
- MORAES, A. **Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- MORIN, E.; CIURANA, E-R.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método e aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2003.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORIN, E; LE MOIGNE, J-L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- MUNIZ, A. J. O.; FARIA, H. A. **Teoria geral da Administração**: noções básicas. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
- MUÑOZ-SECA, B.; RIVEROLA, J. **Transformando conhecimento em resultados**. São Paulo: Clío, 2004.
- NASCIMENTO, P. T. S. Qualidade no desenvolvimento de produtos. In: OLIVEIRA, O. J. (Org.). **Gestão de qualidade**: tópicos avançados. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- OLIVEIRA, O. J. Gestão de qualidade: introdução à história e fundamentos. In: OLIVEIRA, O. J. (org.). **Gestão de qualidade**: tópicos avançados. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- PALADINI, E. P. **Controle de qualidade**: uma abordagem abrangente. São Paulo: Atlas, 1990.

PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade no processo**: a qualidade na produção de bens e serviços. São Paulo: Atlas, 1995.

PAULA, M. F. **A modernização da universidade e a transformação da inteligência universitária**. Florianópolis: Insular, 2005.

PEREIRA, R. S. Evolução qualitativa na educação superior. *In*: OLIVEIRA, O. J. (org.). **Gestão de qualidade**: tópicos avançados. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PETRAGLA, I. C. **Edgar Morin**: a educação e a complexidade do ser e do saber. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

PONCHIROLLI, O. **Capital humano**: sua importância na gestão estratégica do conhecimento. Curitiba: Juruá, 2005.

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do conhecimento**: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002.

PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

ROSINI, A. M.; PALMISANO, A. **Administração de sistemas de informação**: e a gestão do conhecimento. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

RUAS, R. L. **Aprendizagem organizacional e competências**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SANTIAGO JR., J. R. S. **Gestão do conhecimento**: a chave para sucesso empresarial. São Paulo: Novatec, 2004.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas sul Ltda., 1998.

SANTOS, A. **Didática sob a ótica o pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SANTOS, W. **Dicionário de sociologia**. 2 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: um referencial para a auto-avaliação da pós-graduação. In ALMEIDA, Fernando José de. **Avaliação educacional em debate**: experiência no Brasil e na França. São Paulo: Córtes, 2005.

SCHMITZ, E. F. **Caminhos da universidade brasileira**: filosofia do ensino superior. Porto Alegre: Sagra, 1984.

SEABRA, G. F. **Pesquisa científica**: o método em questão. Brasília: UnB, 2001.

SENGE, P. M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. 3. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1998.

SIDOU, J. M. O. **Dicionário jurídico**: Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

SIQUEIRA, M. C. **Gestão estratégica da informação**: como transformar o conteúdo informacional em conhecimento valioso. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

TEIXEIRA FILHO, J. **Gerenciando conhecimento**. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

VALLE, I. R. **Burocratização da educação – um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1996.

VASCONCELOS, M. E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. 4. ed. Campinas: Papirus, 2002.

XIMENES, D. A. **Educação superior, reflexividade e avaliação**. Pelotas: EDUCAT – UCPEL, 2003.

ZORZI, A.; SANTOS, P. C. F.; BLASZKOWSKI, L.; VICENTINI, L. C.; ENSSLIN, S. R. Balanced scorecard: alicerce de um modelo de gestão para uma entidade fechada de previdência complementar. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 13., Belo Horizonte, 30 out. a 1 nov. 2006. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1821/1821>. Acesso em: 2 dez. 2022.

# IMPÉRIO ROMANO – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO

*Data de aceite: 10/03/2023*

*Data de submissão: xx/xx/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Advogado (OAB/SC nº 4912). [https://orcid.org. 0000-0003396-972X](https://orcid.org/0000-0003396-972X)

### **Dreone Mendes**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

### **Rubens Luis Freiburger**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade da UNIARP. Concórdia, Santa Catarina, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>

na estrutura do Império Romano, conforme a evolução da cultura e as alterações políticas, econômicas e sociais, que o caracterizavam. Este artigo pretende projetar luz sobre a estrutura e funcionamento da educação romana. Para tanto, adotou-se a abordagem histórica e papel de grandes pensadores. Conclui-se que a estrutura compreende os dois graus tradicionais de gramática e retórica, no curso de gramática, ensina-se a língua latina e a língua grega e as noções precisas para este fim, no curso de retórica, lecionava-se a interpretação dos historiadores e dos oradores, as normas e as exercitações de eloquência ocupam um lugar de destaque, ademais os romanos souberam transmitir a prática dos ideais do respeito aos direitos individuais e à liberdade política, do cultivo da moralidade pessoal e coletiva, da excelência social a que se denomina cultura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Romano. Metodologia jurídica. Educação.

**RESUMO:** O Direito Romano, um dos mananciais da civilização ocidental, consiste no complexo de normas vigentes em Roma, que durante os treze séculos da história romana. Ele regeu a modificação constante

### **ROMAN EMPIRE – STRUCTURE AND FUNCTIONING OF EDUCATION**

**ABSTRACT:** Roman Law, one of the sources of Western civilization, consists of the complex

of rules in force in Rome, which during the thirteen centuries of Roman history. He governed the constant modification in the structure of the Roman Empire, according to the evolution of culture and the political, economic and social changes that characterized it. This article sheds light on the structure and functioning of Roman education. Therefore, the historical approach and role of great thinkers were addressed. It is concluded that the structure comprises the two traditional degrees of grammar and rhetoric, in the grammar course, the Latin language and the Greek language are taught and the precise notions for this purpose, in the rhetoric course, the interpretation of the historians and orators, the norms and exercises of eloquence occupy a prominent place, in addition to the fact that the Romans knew how to transmit the practice of the ideals of respect for individual rights and political freedom, the cultivation of personal and collective morality, social excellence what is called culture.

**KEYWORDS:** Roman law. Legal methodology. Education.

## INTRODUÇÃO

A palavra educação nos induz a pensarmos no processo ensino aprendizagem. Independente das teorias de ensino formalizadas por estudiosos, a máxima da educação é a aprendizagem.

Entretanto, a curiosidade em conhecer e entender o processo da educação no mundo tem estimulado cientistas a pesquisar sobre o tema e a escreverem textos, livros e toda soma de materiais que versem sobre a história até educação até os dias atuais (Viotto, 2016).

A sociedade romana é uma das mais antigas do mundo, nos trouxe a curiosidade de conhecer o processo de organização da educação. A sociedade brasileira teve muito de sua influência na estruturação da educação formal, a população brasileira é formada entre 60% a 80% por descendentes europeus, entre italianos, alemães, espanhóis, portugueses, entre outros povos, mas pouco se conhece da sua influência em nosso processo educacional (Del Vecchio *et al.*, 2019).

Didaticamente, impõe-se a divisão no estudo do Direito Romano, colimando sua evolução interna, ou seja: **o período arcaico** da fundação de Roma no século VIII a.C. (800 a.C. - 701 a.C.) até o século II a.C. (200 a.C. - 101 a.C.); **o período clássico** até o século III d.C. (300 a.C. - 201 a.C.) e o **período pós-clássico** até o século VI d.C. (600 a.C. - 501 a.C.) (Novo, 2018; Oliveira; Boeira, 2019).

Cronologicamente, conforme o historiador de origem latina Tito Livus, a fundação de Roma aconteceu em 753 a.C. Entre o século VII a 509 a.C. a forma de governo foi a Monarquia. Com a queda do rei Tarquínio, de origem etrusca, Roma entra no período da

República entre 509 a.C. a 27 a.C. e por fim o Império entre 27 a.C. a 476 d.C. (Gomes, 2021).

Conforme Cretella Junior (1995), os cidadãos romanos eram considerados mais como membros de uma comunidade familiar do que como indivíduos. A cidade de Roma era um labirinto de vielas estreitas e corredores, que ao anoitecer tornava-se um ambiente violento. O estado não se responsabilizava pela segurança da população, que se organizava para garantir sua própria defesa. Os ricos se mantinham em suas camas, em casas luxuosas, cercados de escravos e cães de guarda. (Berad, 2019).

Não obstante, o tradicionalismo romano fez com que o direito arcaico nunca fosse considerado como anulado. Dez séculos depois, o próprio Justiniano o considera com respeito. Em todo o Mediterrâneo, a conquista do poder pelos romanos exige uma evolução equivalente no campo do direito.

Roma foi uma sociedade que se organizava hierarquicamente, orientada por normas e papéis sociais rígidos em todos os estratos sociais. No lar, o pai tinha o papel de fornecer a educação. As mulheres romanas era serem incentivadas ao casamento arranjado pelo pai com apenas 12 anos, cuidar da família e comandar uma casa, ao não corresponder às expectativas da sociedade as mulheres sofriam constrangimento e abandono. As mulheres casadas podiam se envolver em brigas públicas para defender seus maridos. Nesse período, a alfabetização foi um privilégio das classes mais altas, as mulheres era reservado o espaço de suas residências, os assuntos reprodutivos e domésticos, sem acesso ao estudo. (Viotto, 2016; Tolfo, 2018).

Os romanos lutaram em inúmeras guerras como a de Cartago e as Guerras Púnicas, conquistaram territórios da Península Ibérica Gália e o Mediterrâneo Oriental. O império romano sofreu Influência de vários povos, pelo processo de expansão territorial pelo mundo, a partir de todo o ocidente (Europa e África) e em parte do oriente (Ásia). Os mercadores de escravos buscavam entre os povos derrotados “mercadorias” para comercializarem em Roma, homens e mulheres eram vendidos e serviam como criados, escravos, gladiadores, trabalhadores, contribuindo assim, para a economia do império. Roma foi uma oligarquia, com concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos homens ricos e aristocratas. (Del Vecchio *et al.*, 2019; Gomes, 2021).

Assim, é possível averiguar que o Império Romano no período até 509 a. C., impôs usos e costumes nos territórios conquistados, mas também foi um caldeirão cultural pela presença de culturas tão diferentes em seu território. Roma foi berço da educação moral, cívica e religiosa. As ideias e experiências vivenciadas pelos fundadores do estado romano

foram base para os romanos formalizarem, não somente a ordem jurídica da sociedade, mas a própria ciência do Direito.

Caracterizam o Direito do período arcaico romano o formalismo e a rigidez, a solenidade e a primitividade. O Estado possuía funções limitadas a questões essenciais para sua sobrevivência, tais como: guerra, punição dos delitos mais graves e a observância das regras religiosas. O Direito Romano existiu por doze séculos, ditando as normas, regras e o corpo jurídico do Estado. (Correia; Sciascia, 1953; Novo, 2018; Viotto, 2016). Posteriormente, a evolução caracterizou-se pelo acentuado e centralizado poder do Estado e, conseqüentemente, pela criação contínua de regras que sempre objetivavam reforçar mais a autonomia do cidadão, como indivíduo.

O marco mais importante e característico desse período é a codificação do direito vigente nas XII Tábuas, feita em 451 a.C. e 450 a. C. por um decenvirato, especialmente nomeado para esse fim. (Novo, 2018). Em verdade, as XII Tábuas, denominadas séculos depois, como fonte de todo o Direito (*fons oninis publici privatique juris*), não forma nada mais do que uma reunião de regras provavelmente costumeiras, primitivas, e, por vezes, até cruéis.

À luz do magistério de Cretella Junior (1995), relacionado intimamente às regras religiosas, fixado e promulgado pela publicação das XII Tábuas, esse Direito primitivo representava um avanço na sua época. Aplicava-se exclusivamente aos cidadãos romanos.

Muitas foram às contribuições dos romanos na arquitetura, no direito, na moda, na religião, na saúde, no calendário, na cidadania, nas obras públicas como na construção de estradas e saneamento básico, entre outras. É importante destacar a contribuição dos romanos na estruturação da educação formal e informal que conhecemos nos dias de hoje. O Direito Romano se constitui como uma série de ferramentas e mecanismos que contribuíram com os princípios da educação. (Novo, 2018; Gomes, 2021).

Diante do exposto, compomos como pergunta de pesquisa: Como se estruturou e se formalizou a educação durante o Império Romano?

Este artigo pretende projetar luz sobre a formalização da estrutura e funcionamento da educação romana durante o Império Romano.

Para tanto, adotou-se a pesquisa qualitativa, com abordagem histórica. Os processos sociais precisam ser estudados e analisados pelos cientistas sociais, buscando compreender as condutas e os processos sociais que ocorrem na sociedade. O passado já foi visto como algo estático, fechado e rígido. Entretanto, o estudo da história é o estudo do próprio fato em um ponto do tempo. (Appio *et al.*, 2017).

Utilizaram-se fontes secundárias disponibilizadas *on-line* na *Scientific Electronic Library Online* (ScieLO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico, de artigos publicados na íntegra sobre a história da educação em Roma. Na análise documental buscou-se compreender os documentos e sua relação com circunstâncias sociais e econômicas dos primórdios da educação romana. O método histórico indicou o caminho a ser percorrido nos documentos para investigar fatos da sociedade romana em relação à educação, tempo por datas dos acontecimentos e período sociocultural na educação romana.

Respeitaram-se a autenticidade, a credibilidade, a integridade e o contexto das publicações. Após leitura completa dos artigos encontrados, realizaram-se a seleção das informações mais relevante sobre o tema de pesquisa e elaborou-se o relatório final.

Destarte, foi aqui que o gênio romano agiu de uma maneira peculiar para a atual mentalidade em relação à educação contemporânea.

## EDUCAÇÃO - A ROMA ANTIGA

O território da Roma Antiga foi fundado em uma pequena região no Lácio, região central da Itália moderna e avançou por várias regiões do mundo, formando uma civilização multicultural, complexa e sofisticada, com atores (plebeus e patrícios) de papéis bem definidos no seio social da sociedade. Desconfiavam de estrangeiros e por isso submetiam-nos socialmente a condições de inferioridade e escravidão.

O **período da Monarquia** compreende o século VIII a VI a.C. (753-509 a.C.), governada nesse período por um governante (rei), a economia de Roma se baseava na agricultura e pecuária. A sociedade romana era composta pelos patrícios (donos de terras, elite e políticos), plebeus (pequenos proprietários, comerciantes, produtores rurais e artesãos), clientes (agregados dos patrícios) e escravos (considerados como bens materiais) e proletariado (função de gerar a prole para compor exército romano). (Beard, 2019).

A família romana era considerada uma unidade política, jurídica, religiosa e econômica. A consanguinidade não era um aspecto importante na definição de família, criados e escravos também compunham a família. A se baseia nas Doze Tábuas criada em 451 a. C., que apresenta as tradições, princípios como a dignidade, a coragem, a firmeza, o espírito, os costumes e a disciplina. Propondo praticamente o esboço do código civil, com base na pátria *potestas* o “poder da vida e da morte” pelo pai ou chefe da família. O *pater* era pai, sacerdote, chefe e detentor do poder sobre a família, nem o Estado interferia em suas decisões. (Cordeiro, 2016).

A educação acontecia no lar fornecida pelo pai (*pater familias*), se aprendia o respeito e costumes ancestrais (*mores maiorum*), com consciência dos fundamentos da romanidade através do ensino do Direito, formando os *civis romanus*, com caráter civil, prático e familiar. mulher cabia à educação e os cuidados da criança nos primeiros anos de vida, o papel de esposa, mães e cuidadoras da casa. O fim da educação romana é prático-social, ou seja, a educação visava à formação do agricultor, do cidadão, do guerreiro, entre outros. (SoPedagogia, 2021).

Correa (2019) descreve que na literatura desse período surgem os primeiros registros latinos advindo da literatura grega clássica. A produção artística contava com poemas cantados e acompanhados de flauta (*carmina conuiuialia*) apresentados em eventos da alta classe; lamentos cadenciados (*neniae*) entoados por mulheres assalariadas em funerais e a aproximação com a literatura grega com as composições de elogios (*scipionum elogium*) que coincide com a chegada das primeiras composições gregas em Roma.

No século II a.C. a educação romana já sofre influência social e cultural grega. Roma já se encontrava contaminada pela Grécia, avançando à medida que se estabelecia a estrutura escravista, se apropriando de expressões culturais gregas. As trocas comerciais entre os povos faz com que o teatro com técnicas rudimentares das comédias e tragédias gregas, chegue a solo romano. O gênero poético dos literatos e a arte de escrever grega renovam a literatura romana.

A história da educação romana apresenta três fases principais, que compreendem: pré-helenista, helenista-republicana, helenista-imperial. Os princípios do helenismo cativam os romanos e influenciam a educação para o estudo da Filosofia e do Direito. (SANTAREM, 2015).

No século II e I a.C. a fusão cultural dos gregos com a cultura oriental origina a cultura helenística, influenciando a educação romana e o conceito da formação integral do ser humano. Roma atinge seu apogeu na questão da expansão territorial.

No **período da República** (510 a.C.-27 a.C.) o poder em Roma é exercido pelo Senado através de dois côsules, após a queda do último rei etrusco. Somente os patrícios podiam chegar aos cargos da magistratura romana. A sociedade romana é agora composta pelos patrícios (ricos e políticos), plebeus (comerciantes, cavaleiros e pequenos proprietários), clientes (que serviam aos patrícios) e escravizados.

Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) cônsul, advogado, político, escritor, orador e filósofo romano imprimiu características práticas, originais e moralistas à pedagogia e à literatura romana, influenciado por filósofos gregos como Sócrates. As mudanças não foram tão fáceis de ocorrer, muitos romanos continuam simpáticos ao tradicionalismo. Entretanto,

nesse período o *patria potestas* exclusivo do *pater familias* foi sendo suavizado. (MELO, 2006; COELHO; MELO, 2013).

Os romanos constroem bibliotecas e teatros inspirados na cultura helênica, copiam a arte, a música, a pintura e a arquitetura grega. A antiga *Paideia* noção de educação das crianças no lar é ampliado e inserido princípios morais e noções de bons modos que continuam nos dias atuais. Alguns escravos gregos mais instruídos chegam a morar na casa dos patrícios, tomam o papel de preceptor/professor ensinando a ler e a escrever, a língua e a cultura grega aos filhos das famílias ricas. O programa de educação continha ainda disciplinas como geografia, história natural, religião, arquitetura, astronomia, gramática, matemática, retórica, filosofia, música e ginástica, havia o manejo de armas e exercícios físicos. A idade de 16 e 17 anos finaliza a educação doméstica. (ANDRADE, 2020).

Os meninos romanos de classes inferiores não tinham acesso a esses conhecimentos, crescendo sem instrução e trabalhavam na agricultura e na pecuária. As meninas tinham pouco direito ao ensino, continuam sendo preparadas para o casamento e os cuidados com o lar (ANDRADE, 2020).

O poder fragmentado e exercido pelos cônsules torna difícil governar, os romanos então decidem primeiro através do Triunvirato e depois com a figura de um Imperador, centralizar o poder e administrar o território.

O **período do Império** começa com a ascensão de Otávio Augusto (27 a.C. – 14 d.C.), o império assume seu apogeu com o senado e relativa estabilidade na sociedade romana. A verticalização do poder autocrático do Imperador torna as classes sociais compostas em: Patrícios (os que tinham privilégios políticos e regalias), Plebeus (comerciantes e os de cargo no governo), Clientes (trabalhadores e camponeses) e Escravos.

O mundo romano sofre várias transformações, a população se torna miscigenada (formando a base linguística de línguas como o português, espanhol, francês, italiano e romeno), nasce e avança o cristianismo (contrário ao politeísmo e a escravidão) e avança a expansão territorial. A riqueza e prosperidade de Roma faz com que aconteçam banquetes, festas, eventos esportivos e artísticos entre as classes privilegiadas, além da construção de inúmeros monumentos, arcos e edificações.

Os altos impostos cobrados, gastos com o exercito para manutenção territorial e a desorganização econômica deixa o povo a própria sorte. O aumento da fome entre os camponeses, fez com que inúmeros rumassem para a cidade em busca de melhores condições de vida. Para evitar revoltas, durante a apresentação dos espetáculos públicos com gladiadores (Pão e Circo), o governo distribuía alimentos. Cada vez mais a estrutura

econômica de Roma piora e fica mais difícil a distribuição de riquezas e a manutenção de uma sociedade estática (COELHO; MELO, 2013).

A educação para os filhos da elite romana prospera influenciada pelo processo de helenização, o Estado cria um sistema de ensino formal e oficial centralizado que atende os filhos das classes privilegiadas e ricas, preparando-os para participação ativa na vida pública romana e no corpo burocrático resolutivo para as questões administrativas do império. (MELO, 2006; CORRÊA, 2019).

Os meninos levam para a escola uma maleta contendo tinteiro, penas para escrita e cadernos de madeira. A criança caminhava para a escola acompanhada por um escravo grego, que a aguardava até as aulas encerrarem, trazendo-a para casa em segurança. O escravo grego cuidava de seus bons modos e da sua moral. A educação se estabelecia culturalmente denominada “cultura greco-romana”, formando um homem de ação, orador e culto. Quando um jovem romano ganhava a *toga virilis* ele passava a ser cidadão e podia escolher estudar filosofia em Atenas ou Rodes, como César, Cícero, Otaviano e Horácio. (MELO, 2006; CORRÊA, 2019).

A desigualdade social acontecia no acesso à educação, apesar da influência grega na sociedade romana, o Estado não absorve a preocupação de oportunizar a educação para todos os romanos igualmente. Os meninos plebeus recebiam educação informal fornecida pelo pai em casa, sem nenhum desses apetrechos e preparando-os para o trabalho. (COELHO; MELO, 2013; CORRÊA, 2019; ANDRADE, 2020).

A cultura permanece com influência de aspectos do helenismo sem destruir as virtudes romanas, entretanto a educação não merece o mesmo tratamento. As propostas educacionais avançam baseadas no Estoicismo (princípios morais rígidos) e no Epicurismo (materialismo e prazeres), correntes filosóficas gregas do período helenístico vividos pelos romanos naquele momento. (COELHO; MELO, 2013).

Durante o império o governo tentou promover a educação como uma responsabilidade do Estado, entretanto os romanos, diferentemente dos gregos, priorizam o conhecimento prático e organizador, ignorando a teoria, o especulativo e à paixão intelectual. Culturalmente os romanos foram um povo atrasado quando se compara com a paixão intelectual e artística do povo grego. A educação, para os romanos, tinha como finalidade preparar para a vida e o trabalho. (MELO, 2006; COELHO; MELO, 2013).

Diante dos princípios que a educação é função da família (pai e mãe), do *pátrio* poder com responsabilidade na formação do romano, se explica em parte a negligência do Estado em relação ao sistema educacional formal. Com os conservadores contrários à helenização da vida romana, os censores publicavam um decreto que condenava a escola

latina de retórica (92 a. C.), que era considerada uma novidade contrária aos costumes e aos preceitos dos maiores. Com a influência da cultura grega na sociedade romana, a educação galgou espaço além das casas, sendo realizada nas escolas privadas. (MELO, 2006; Santos, 2015).

Antes do Império os romanos tiveram iniciativas tímidas de edificar escolas municipais. Os romanos estruturaram o primeiro sistema de ensino centralizado, com várias instituições de ensino espalhadas pela província sob a intervenção do Estado. O papel intervencionista do Estado era importante para a administração do Império, com uma boa máquina administrada por funcionários com pouca instrução. No início o Estado pouca intervia na educação, depois passou a subvencioná-la e finalmente exerceu a responsabilidade da educação romana através da legislação.

A primeira escola romana pública foi edificada em 449 a.C., lugar onde famílias menos abastadas mandam seus filhos para serem educados por antigos escravos e velhos soldados, que se prestam em ensinar em um espaço alugado chamado *pergula* (loja de instrução). Havia bancos e cadeiras, materiais como cubos, esferas e alguns mapas, os alunos aprendiam o texto das Doze Tábuas (MELO, 2006).

As escolas privadas evoluem com quatro níveis de ensino: a de ensino elementar ou *ludi magister* ensinava ler, escrever e calcular; a secundária ou de gramática tinha ensino literário em latim e grego, ensinava linguagem, gramática, métrica, estilo e conteúdos de poemas; a escola complementar ou de retórica e a superior ou Ateneu (Medicina, Direito, Mecânica, Arquitetura e Gramática), todas continuam sobre a supervisão do Estado. Toda essa influência rendeu frutos, romanos importantes se expressavam e escreviam em grego. (MELO, 2006; CORRÊA, 2019).

O trabalho do professor em comparação a outra atividade era considerado inferior, muitas vezes precisavam complementar a jornada de trabalho e o salário com outra atividade laboral. Pouco se sabe sobre os métodos de ensino, talvez fizessem uso de exercícios de tradução. Inicialmente, foram traduzidas para o latim as obras literárias e poéticas gregas, como a *Odisséia*. Depois estudaram os autores gregos no texto original, formando aos poucos uma literatura nacional romana sobre o modelo formal da literatura grega. (MELO, 2006; CORRÊA, 2019).

No baixo império, preocupado que os cristãos assumissem o ensino em Roma, o Imperador Justiniano (332-363 a.C.) toma a decisão de nomear os professores, um ato de intervenção do Estado no sistema educacional romano. Também determina que os melhores retóricos e gramáticos assumam a educação dos jovens romanos. (MELO, 2006).

O interesse imperial pela cultura e sua difusão é vislumbrado como uma importante ferramenta de romanização dos povos, com poder de penetração e de expansão da língua e do jus romano, engrandecendo assim o império. A cultura, de maneira modesta, se espalhou para povos como a Espanha, a Gália, a Grã-Bretanha, a Germânica, as províncias danubianas e a África setentrional. Algo inimaginável ser alcançado pelo helenismo. (SANTOS, 2015).

Com a decadência do império romano termina a tradição do ensino laico, sobrevivendo apenas na transmissão da mensagem cristã. O sistema educacional romano inspirou outros povos do ocidente na organização da estrutura educativa. (MELO, 2006).

O fim do Império romano acontece em 476 d.C. com a queda do último imperador e a invasão do lado ocidental por Odoacro rei do povo germânico. A parte oriental continua existindo com o nome de Império Bizantino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no território romano acontecia conforme as necessidades de Roma. Os romanos eram educados para as necessidades imediatas, práticas da vida e para o trabalho. Os oriundos da classe aristocrática eram preparados para o mundo político e a vida pública, os plebeus geravam os futuros soldados para defender e avançar nas conquistas territoriais de Roma, cada qual com seu papel específico. A vida do romano pertencia a Roma e era colocada a serviço da pátria.

Os romanos trouxeram inúmeras contribuições, destaque para a formalização de um sistema educacional formal gerenciado pelo Estado, organizado em escolas públicas nas diversas esferas governamentais, permitindo o acesso de crianças e jovens de todas as camadas da população.

O povo grego formado por uma população culta, amante da arte, da filosofia e da oratória, encontram no povo romano a praticidade, a organização e o imediatismo da formação para a vida e o trabalho. A educação romana manteve peculiaridades intrínsecas, que repassou como valores à humanidade.

Em âmbito maior, pode-se dizer que os romanos ainda souberam, com seu senso pragmático, transmitir instrumentos eficazes às instituições no mundo para a prática dos ideais do respeito aos direitos individuais e à liberdade política, do cultivo da moralidade pessoal e coletiva, e, enfim, da excelência social a que se denomina cultura.

## REFERÊNCIAS

- APPIO, J.; FRIZON, N. N.; CANOF, L.; MARCON, D.; MADRUGADA, B. Pesquisa Histórica como uma possibilidade à pesquisa em Estudos Organizacionais. CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA (CIAIQ), 3., Aviero. **Anais [...]**. Portugal: Aveiro, p. 342-350, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1175/1137>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- ANDRADE, A. L. M. S. Educação na Roma antiga. **infoescola**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/educacao-na-roma-antiga/> Acesso em: 3 fev. 2023.
- BERAD, M. Os perigos, vícios e diversões da vida noturna na Roma antiga. **BBC NEWS BRASIL**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47713000>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- COELHO, J. P. P.; MELO, J. J. P. **Educação, poder e cidadania na Roma antiga: algumas considerações sobre a formação do governante. História e Perspectivas**, v. 49, p. 537-560, 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/24997>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- CORDEIRO, M. N. A. A evolução do pátrio poder - poder familiar. Blog Conteúdo Jurídico, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/46470/a-evolucao-do-patrio-poder-poder-familiar>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- CORREIA, A.; SCIASCIA, G. **Manual de direito romano**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1953.
- CORRÊA, E. F. S. Práticas educativas e escolares na Roma antiga. **Principia**, v. 39, p. 61-69, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/principia/article/view/47438>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- CRETELLA JÚNIOR, J. **Curso de direito romano**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- DEL VECCHIO, F. B.; DIAS, B. C.; TUCHTENHAGEN, A. X. O movimento na luta pela vida: sistema de organização e treinamento de gladiadores. **Motrivência**, v. 31, n. 57, p. e55655, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2019e55655/39011>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- GOMES, C. Roma antiga (monarquia, república e império). **infoescola**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/roma-antiga-monarquia-republica-e-imperio/>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- MELO, J. J. P. A educação e o estado *romano*. **Revista UDESC**, v. 7, n. 2, p. 1-19, 2006. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1331>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- NOVO, B. N. Direito romano. **Blog jus.com.br**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65952/direito-romano>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- OLIVEIRA, J. A. A.; BOERIA A. A evolução da história do direito romano. **Diálogos e Interfaces do Direito - Revista Científica do Curso de Direito**, v. 2, n. 2, p. 40-55, 2019. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/revista/dialogoseinterfaces/66>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SANTAREM, M. L. G. **Faculdade de Direito de Caxias do Sul/RS**: indícios da história e da cultura acadêmica (1959-1967). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1151/Dissertacao%20Michelle%20Luisa%20Grezzana%20Santarem.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SÓPEDAGOGIA.). História da educação – período romano. **Virtuous tecnologia a Informação**, 2021. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/historia/romano.php>. Acesso em: 3 fev. 2023.

TOLFO, S. A representação de mulheres romanas e seus epitáfios. **Alétheia – Estudos sobre e Antiguidade e Medievo**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2021. <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Aletheia/article/view/118>. Acesso em: 3 fev. 2023.

VIOTTO, R. A. História da educação: da antiguidade aos nossos pais. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 27, p. 1, p. 357-363, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/4389/3311> Acesso em: 3 fev. 2023.

# EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE GLOBALIZADA – IMPACTOS NA GESTÃO E NA MATRIZ CURRICULAR

---

*Data de aceite: 10/03/2023*

*Data de submissão: xx/xx/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Mestre em Relações Internacionais. Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

### **Marcos Leandro Fávero dos Santos**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.  
<https://orcid.org/0000-0003-4473-9133>

### **Daniel Tenconi**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Concórdia, Santa Catarina, Brasil.  
E-mail: [daniel.tenconi@sesisc.org.br](mailto:daniel.tenconi@sesisc.org.br)

um mundo globalizado, caracterizado por grandes mudanças. Destarte, a busca do conhecimento, bem como seu ensino, tem sido costumeiramente dissociada de suas aplicações. Ambos foram organizados por temas, ou seja, segundo o que parecia ser a lógica do próprio conhecimento. As faculdades e os departamentos das universidades, títulos acadêmicos, especializações, juntamente com toda a organização do ensino superior, têm se concentrado nos temas. Até o século XIX, havia um contato ínfimo entre o conhecimento e a ação. O conhecimento atendia ao “intelecto”, enquanto a ação fundamentava-se em experiência e nas habilidades dela resultantes. Até a segunda metade do século XIX, toda a tecnologia estava separada da ciência e era adquirida através do aprendizado prático. Nos dias atuais, o conhecimento e sua busca estão, cada vez mais, sendo organizados em torno de áreas de aplicação e não ao redor das áreas que são objetos das disciplinas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Globalização. Impactos.

**RESUMO:** A gestão educacional exerce um papel fundamental dentro das escolas, em

## EDUCATION IN THE GLOBALIZED SOCIETY - IMPACTS ON MANAGEMENT AND CURRICULUM

**ABSTRACT:** Educational management plays a fundamental role within schools, in a globalized world, characterized by major changes. Thus, the search for knowledge, as well as its teaching, has usually been dissociated from its applications. Both were organized by themes, that is, according to what seemed to be the logic of knowledge itself. Colleges and university departments, academic degrees, specializations, along with the entire higher education organization, have focused on the themes. Until the 19th century, there was a minimal contact between knowledge and action. Knowledge served the “intellect”, while the action was based on experience and the resulting skills. Until the second half of the 19th century, all technology was separated from science and was acquired through practical learning. Nowadays, knowledge and its search are, more and more, being organized around areas of application and not around areas that are objects of the disciplines.

**KEYWORDS:** Education. Globalization. Impacts.

### INTRODUÇÃO

Para Drucker (2001), as áreas do conhecimento estão em constante mudança. As faculdades, departamentos e disciplinas existentes, não estarão mais adequados por muito tempo.

Destarte, a guisa de exemplo, as linhas que antes que separavam a fisiologia e a psicologia, estão cada vez menos significativas, bem como as existentes entre economia e governo, sociologia e ciências comportamentais, e assim por diante. A globalização tem influenciado à educação em torno da autonomia e flexibilidade dos currículos escolares. (SILVA; FRAGA, 2021).

De acordo com Drucker (2001), o trabalho interdisciplinar tem crescido rapidamente, em todos os lugares nos últimos tempos, mobilizando cada vez mais as energias das universidades e definindo sua direção.

Conforme Drucker (2001, p.532)

Esse é um sintoma da mudança no significado do conhecimento, passando de um fim em si mesmo para um recurso, isto é, um meio de atingir determinado resultado. O que antes era conhecimento está se transformando em informação. O que era tecnologia está se tornando conhecimento. O conhecimento, como a energia central da sociedade moderna, existe em conjunto com sua aplicação e quando é submetido ao trabalho. O trabalho, contudo, não pode ser definido em termos de disciplinas. Os resultados finais são, necessariamente, interdisciplinares.

Na sociedade do conhecimento, a escola passa a ser, acima de tudo, responsável por desempenhos e resultados. Para tanto lhe são atribuídas novas especificações, procurando novas formas de reconhecimento do espaço físico, organização do projeto

político pedagógico (PPP), regular as práticas de ensino transformadoras, avaliação do conhecimento produzido e gestão participativa. (DOURADO; SIQUEIRA, 2019).

A escola deve proporcionar instrução universal de alto nível, muito além do que significa “instrução” hoje. Ela deve impregnar os alunos de todos os níveis e de todas as idades de motivação para aprender e de disciplina para o aprendizado contínuo. (DRUCKER, 2001).

Ademais disso, a escola necessita ser um sistema aberto, acessível às pessoas de elevado grau de instrução e às pessoas que, por qualquer motivo, não tiveram acesso à instrução avançada quando jovens, devendo proporcionar o conhecimento sob a forma de conteúdo e processo. (SANTOS, 2012).

Finalmente, no entendimento de Drucker (2001), as escolas não podem mais monopolizar o ensino. A educação na sociedade pós-capitalista deve permear toda a sociedade. Organizações empregadoras de todos os tipos também devem se transformar em instituições de aprendizado e ensino.

O conhecimento possui um valor especial hoje como asseguram Penin e Vieira (2002), sendo que cada vez mais se lhe atribui importância, porquanto a maioria dos pais percebe que o melhor a oferecer aos filhos é proporcionar-lhes uma boa formação geral e garantir maneiras de continuar adquirindo mais conhecimento, num processo de educação permanente.

## **DESENVOLVIMENTO**

De acordo com Penin e Vieira (2002), essa nova relação dos indivíduos com o conhecimento traz duas consequências para a escola brasileira:

- A primeira delas consiste no reforço de sua importância social, já que ela ainda é a porta de entrada da maior parte da população para o acesso ao mundo do conhecimento. De fato, enquanto grandes quantidades de informações estão acessíveis, uma grande parcela da população permanece excluída da sociedade da informação.
- A segunda consequência, aliada à perspectiva democratizadora, é a necessidade de a escola repensar profundamente seu modo de organização, sua gestão, sua maneira de definir os tempos, os espaços, os meios e o modo de ensinar, isto é, a forma de fazer escola.

Porquanto se faz necessário formar uma escola a partir de sua função social, qual seja: “ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a cidadania e o trabalho, no

contexto de uma sociedade complexa, enquanto se realizam como pessoas” (PENIN; VIEIRA, 2002, p.27).

Para a escola e as universidades, tais reflexões representam uma oportunidade para reconhecer que as alterações necessárias no sistema educacional devem ser atendidas com rapidez e demandam esforço coletivo de todos os que estão envolvidos no processo de construção educacional, como profissionais, governos e sindicatos, bem como a sociedade como um todo. (ESPEJO *et al.*, 2022).

No entendimento de Santos (2002), a escola, ontologicamente de formação social, necessita acompanhar as transformações da sociedade e assumir outras funções contribuindo, em especial, para o desenvolvimento da capacidade de pensar e de atuar com autonomia e compreender e redefinir os objetivos explícitos e latentes do processo de socialização.

A escola da sociedade pós-moderna tem a função de desenvolver mecanismos que minimizem as diferenças de origem, mediante a atenção e o respeito pela diversidade. (BUIATTI; NUNES, 2022).

A concepção sobre as atribuições da educação e sobre sua função social tem sido bastante debatida. A *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), instituiu a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. (FREITAS; NOVAK, 2020). A educação em seu relatório, a partir de princípios que representam os quatro pilares da educação, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (PENIN; VIEIRA, 2002).

- Aprender a conhecer significa obter o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento e não somente a aquisição de um vasto repertório de saberes. Esse pilar da educação pressupõe o aprendizado relacionado ao exercício das habilidades cognitivas, como a atenção, a memória e o pensamento mais complexos.

- Aprender a fazer representa a aquisição de uma qualificação profissional e, acima de tudo, a aquisição de competências que tornem a pessoa apta a enfrentar variadas situações e a trabalhar em equipe. Assim, aprender a fazer, engloba o âmbito das diferentes experiências sociais e de trabalho.

A direção da descoberta progressiva do outro e da interdependência quanto à participação em projetos comuns, significa o aprender a conviver.

- Aprender a conviver numa sociedade em que se evidenciam cada vez mais as diferenças entre povos e países. A educação para a convivência é uma exigência impreterível e um caminho para enfrentar as questões postas pela diversidade e pelo multiculturalismo.

Não obstante aos efeitos que a globalização, como internacionalização dos mercados, produz sobre as estruturas, há também a influência da revolução das tecnologias da informação e de comunicação, com a informação chegando à todas as pessoas de forma instantânea.

Este processo é denominado de globalização cultural, que encontra nas transformações das tecnologias de comunicação e nos impactos da mídia os vetores de acesso direto e simultâneo de indivíduos e organizações, separados espacialmente de informações e conhecimentos.

- Aprender a ser, quer dizer contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, envolvendo aspectos físicos e mentais, como capacidade de comunicação, sensibilidade, entre outras características.

Para Malachen e Santos (2020) significa o indivíduo aprender a elaborar pensamentos autônomos e críticos, sendo capaz de formular juízos de valor próprios, não negligenciando suas potencialidades individuais.

Para Penin e Vieira (2002), a educação assim concebida, indica uma função da escola direcionada para a realização plena do indivíduo. Tal realização plena do ser humano, seja criança, jovem ou adulto, é obtida por intermédio da convivência e da ação concreta, qualificadas pelo conhecimento.

A construção da escola, com base nos quatro pilares estabelecidos pela UNESCO, demanda uma travessia que geralmente se inicia pela passagem do âmbito dos princípios para o de um projeto pedagógico, e desse, para as práticas e ações dos educadores (PENIN; VIEIRA, 2002).

Ademais disso, colimando as transformações marcantes que perpassam o âmbito da civilização, deve-se ter cuidado especial com a definição dos conteúdos escolares. Eles constituem peça importante para serem colocados sobre os quatro pilares de sustentação da educação. (MAGALHÃES *et al.*, 2019).

Emerge, destarte, que nenhum currículo pode ser fixado por muito tempo, sendo necessário realizar um repensar constante sobre sua contemporaneidade, isto é, sua atualidade e sua adequação ao que está acontecendo na realidade. (LIMA *et al.*, 2020).

Os alunos precisam de conhecimentos que lhes possibilitem um melhor entendimento da sociedade global e uma melhor maneira de conviver e agir em sua comunidade e no local de trabalho (PENIN; VIEIRA, 2002).

Em todo mundo, valorizam-se as potencialidades e responsabilidades individuais. O consumidor é o “rei” com direito a escolher os melhores produtos e serviços e a própria educação, para alguns, torna-se uma escolha pessoal, assegura Santos (2002).

Os autores Dryden *et al.* (1996 *apud* SANTOS, 2002), afirmam que não se pode alcançar os avanços educacionais de que a sociedade necessita, a menos que se realize um investimento cada vez maior em novos métodos de educação e de aprendizagem. Grande parte do que ocorre na educação, baseia-se em conceitos ultrapassados que já não servem para a sociedade globalizada e em constante mudança. (NASCIMENTO; ROSA, 2020).

Dessa forma, urge uma revolução no aprendizado permanente ou na educação continuada para viver mais intensamente a era do conhecimento. Uma revolução alteraria profundamente o modo de viver, pensar, comunicar, prosperar e, em especial, aprender.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Requer-se dos educadores e gestores uma nova postura diante do processo ensino-aprendizagem e da educação em geral.

Para Dryden *et al.* (1996, *apud* SANTOS, 2002),

A escola terá de mudar para estimular e preparar os alunos para viver num mundo futuro que será caracterizado por complexidade e incerteza cada vez maiores, conflitos de valores, avanços tecnológicos e interdependência global.

Para Santos (2002), se ressalta que na sociedade industrial ou pós-capitalista predominam as novas tecnologias da informação e do conhecimento.

Entretanto, as escolas nacionais, principalmente as públicas, mantêm o modelo industrial da década de 30, privilegiando a hierarquia e não o trabalho coletivo, participativo, como propõem as novas perspectivas da gestão educacional administrativa.

É preciso também levar em consideração os conhecimentos prévios do aluno, com o objetivo de prepará-lo para pensar e agir de forma democrática.

Ao aceitarmos a classificação prematura dos indivíduos pela origem social, admitimos que alguns possuam mais possibilidades que outros, perpetuando-se, com isso, as elites econômicas e sociais.

Santos (2002, p.22), enfatiza

A mudança é uma constante, a única certeza. O sucesso deve ser conquistado sempre e, bem administrado, evita a acomodação. A escola deve perceber e acompanhar os grandes avanços do conhecimento, as mudanças da clientela escolar, o aumento quantitativo e qualitativo das exigências da nova sociedade globalizada. É preciso saber usar as modernas técnicas de aprendizagem e de ensino e as novas tecnologias.

A gestão escolar tem resistido a todo gênero de mudanças, mantendo sua estrutura estática, fechada, realizando um trabalho apenas burocrático e mecânico. Dessa forma, emerge a necessidade da instituição escolar encarar a mudança como necessidade, e não restringir sua função à mera transmissão de conhecimentos aos alunos.

Ainda prevalece, na gestão educacional, uma cultura que impede e, mesmo afasta qualquer proposta bem elaborada que pretenda reformar o ensino. De acordo com Teixeira (*apud* Santos, 2002), os obstáculos à inovação não devem ser atribuídos aos professores individualmente.

Todavia, devem ter suas bases assentadas nas representações dominantes do senso comum escolar, responsáveis por realizar a organização do quadro institucional da prática do ensino.

As resistências dependem da relação entre a cultura da escola e a proposta de modificação.

Enfim, quando a expectativa de comportamento contida na nova prática política contraria as concepções em que se assenta o modo de vida da escola, uma mudança geralmente é recebida com suspeita e relutância pelo corpo educacional.

## REFERÊNCIAS

BUIATTI, V. P.; NUNES, L. G. A. Cotas para pessoas com deficiência na Universidade Federal de Uberlândia (UFU): política de inclusão no ensino superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 325-345, 2022.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 2, p. 291-306, 2019.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker: a sociedade**. São Paulo: Nobel, 2001.

ESPEJO, M. M. S. B.; SILVA, S. D.; YAHIRO, A. A.; VENDRAMIN, E. O. A vivência na pós-graduação à luz de Vigotski: o que dizem e sentem os alunos de ciências contábeis?. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 41, n. 2, p. 23-41, 2022.

FREITAS, S. C.; NOVAK, M. S. J. UNESCO e a diversidade cultural: breves aproximações. **Revista Sítio Novo**, v. 4, n. 4, p. 124-132, 2020.

LIMA, M. C.; AZEVEDO, S. D.; NASCIMENTO, A. L. R. Currículo e práticas docentes durante a pandemia de 2020. **Itinerarius Reflectionis**, v. 16, n. 1, p. 01-20, 2020.

MAGALHÃES, A. M. R.; OLIVEIRA, P. R. M.; ANDRADE, A. B. P. Valorizando experiências de ensino aprendizagem em Teoria da Percepção no curso de Artes Visuais: um estudo de caso. **Actas de Diseño**, n. 26, 2019.

MALANCHEN, J.; SANTOS, S. A. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a base nacional curricular comum e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. e020017-e020017, 2020.

NASCIMENTO, F. G. M.; ROSA, J. V. A. Princípio da sala de aula invertida: uma ferramenta para o ensino de química em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 38513-38525, 2020.

PENIN, S.; VIEIRA, S. L. Refletindo sobre a função social da escola. *In*. VIEIRA, S. L. (org.) **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, C. R. **O gestor educacional de uma escola em mudança**. São Paulo: Thonsom, 2002.

SANTOS, A. M. Universidade e modificação organizacional: do modelo burocrático à organização intensa de conhecimento. **Revista GUAL**, v. 5, n. 1, p. 1-27, 2012.

SILVA, S.; FRAGA, N. Autonomia e flexibilidade curricular como instrumentos gestionários. O caso de Portugal. **Reice. Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 19, n. 2, p. 37-54, 2021.

Atena  
Editora  
Ano 2023

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

estudos epistemológicos e didáticos

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



Atena  
Editora  
Ano 2023

# RELAÇÕES INTERNACIONAIS

estudos epistemológicos e didáticos

[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br) 

[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br) 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

[www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br) 

